



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CAMPUS SUL – LARANJAL DO JARI
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DA
PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
LARANJAL DO JARI - AP**

LARANJAL DO JARI – AP

2011

ELCIRLEI DE ARAÚJO TRINDADE

**ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DA
PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
LARANJAL DO JARI - AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

LARANJAL DO JARI - AP

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Trindade, Elcirlei de Araújo

Aspectos sociais e históricos da prostituição infantil no município de Laranjal do Jari – AP / Elcirlei de Araújo Trindade; orientador Richard Douglas Coelho Leão. Laranjal do Jari, 2011.

78 f.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Prostituição infantil – Laranjal do Jari. 2. Violência sexual. 3. Exploração sexual infantil. 4. Turismo sexual. I. Leão, Richard Douglas Coelho, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 306.745098116

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ELCIRLEI DE ARAÚJO TRINDADE

**ASPECTOS SOCIAIS E HISTÓRICOS DA
PROSTITUIÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE
LARANJAL DO JARI - AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, submetido a Banca Examinadora composta pelos Professores:

Banca Examinadora

Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão (Orientador)
Instituição: UNIFAP

Profª. Esp. Rauliette Diana Lima e Silva (Examinador 1)
Instituição: UNIFAP

Profª. Esp. Raimundo de Lima Brito (Examinador 2)
Instituição: UNIFAP

Apresentado em: 22/06/2011

Conceito: 7,00 (sete)

Dedico este trabalho a todos os momentos que valorizei ao lado dos meus livros que, com eles tive toda a possibilidade do conhecimento.

Ao lado de meus pais, Damião e Sebastiana, pela dedicação com que se propuseram a me educar, onde obtive toda contribuição para realizar meus sonhos.

Ao meu esposo, Elielson, refletindo na possibilidade da conclusão do mesmo. O mesmo dedico às pessoas que se empenharam na realização e na crença da lei, onde muitos se apóiam.

Dedico ao meu mestre, Richard Leão, pelo estímulo intelectual permanente e pelo apoio incondicional ao meu trabalho de conclusão.

“Eu tenho uma espécie de dever, dever de sonhar, de sonhar sempre, pois sendo mais do que um espetáculo de mim mesmo, tenho que ser o melhor que posso”.

Fernando Pessoa

RESUMO

A pesquisa realizada é uma contribuição através de estudo demográfico, focalizando a exploração sexual comercial o combate à violência pela sociedade, em favor da Criança e do Adolescente na Cidade de Laranjal do Jarí, haja vista que esta problemática deve-se ao fato de que existem fatores inerentes à omissão e a cumplicidade pela família e sociedade em denunciar o crime de violência sexual. Esse estudo baseia-se em literaturas e pesquisa de campo pertinente ao tema, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e jurisprudências. Partindo do princípio de se fazer alguns direcionamentos para que a sociedade se sensibilize, mobilizando-se, fazendo reflexão. Conscientizando-se da importância de denunciar casos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, visando combater a violência na estatística do município, pois o universo da pesquisa realiza-se na cidade de Laranjal do Jarí, no período de 2008 ao 1º semestre de 2010 e abrange crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Prostituição Infantil, Exclusão Social.

ABSTRACT

The fulfilled inquiry is a contribution through a demographic study, when the combat is focusing on sexual commercial exploitation to the violence for the society, on behalf of the Child and the Adolescent in the City of Laranjal do Jarí, he has seen that this problematic is due to the fact that there are factors inherent in the omission and the complicity for the family and society in denouncing the crime of sexual violence. This study is based on literatures and relevant field work to the subject, on the Federal Constitution, on the Statute of the Child and of the Adolescent and legal attorney. Leaving from the beginning of doing to him some directments so that the society is moved, being mobilized, doing reflection. Becoming aware of the importance of denouncing cases of sexual commercial exploitation of children and adolescents, aiming to fight the violence in the statistic of the local authority, since the universe of the inquiry happens in the city of Laranjal do Jarí, in the period of 2008 to the 1st semester of 2010 and includes children and adolescents.

KEY WORDS: Childhood, child prostitution, social exclusion.

CADAM – Caulim da Amazônia S/A

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESCCA – Exploração Sexual de Crianças e adolescentes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

REAJA – Rede de enfrentamento à exploração e abuso sexual contra a criança e o adolescente de Laranjal do Jari

SUDAM – Superintendência da Amazônia

Figura 01 – Transporte da Fábrica de Celulose e papel pré-construída -----	19
Figura 02 – Fábrica de Papel e Celulose na cidade de Munguba - Pa-----	20
Figura 03 – Localização de Laranjal do Jari no Estado do Amapá -----	22
Figura 04 – Localização de Monte Dourado e Laranjal do Jari no Brasil -----	24
Figura 05 – Área de embarque e desembarque de Monte dourado (Olho d’água) -----	25
Figura 06 – Croqui Elucitativo dos Bairros do município de Laranjal do Jari -----	29
Figura 07 – Croqui Elucitativo do Bairro Malvinas -----	33
Figura 08 – Bairro Malvinas-----	35
Figura 09 – Bairro Centro: rua da Usina de dia-----	36
Figura 10 – Bairro Centro: rua da Usina à noite-----	37
Figura 11 – Conselho Tutelar de Laranjal do Jari -----	51
Figura 13 – Centro de Referência Especializado de Assistência Social -----	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2008-----	60
Tabela 02 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2009 -----	62
Tabela 03 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2010-----	63

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS -----	I
LISTA DE FIGURAS -----	II
LISTA DE TABELAS -----	III
INTRODUÇÃO -----	13
1 CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI -----	15
1.1 LARANJAL DO JARÍ: SUA HISTÓRIA E SUA COMUNIDADE -----	15
1.2 UMA ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARÍ -----	24
1.3 EXCLUSÃO SOCIAL EM LARANJAL DO JARÍ: MAZELAS HERDADAS DO PROJETO JARÍ -----	26
2 A PROSTITUIÇÃO NO JARI: BEIRA – RIO E MALVINAS -----	28
2.1 HISTÓRICO DA PROSTITUIÇÃO NA REGIÃO DO JARÍ -----	28
2.2 PRINCIPAIS PONTOS DE CONCENTRAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO -----	31
2.3 INCÊNDIO NA BEIRA-RIO: DESLOCAMENTO DAS ÁREAS DE PROSTITUIÇÃO PARA OUTROS BAIRROS -----	35
2.3.1 Abrem-se umas portas de dia e a noite abre-se outras -----	36
2.4 PONTOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL EM LARANJAL DO JARÍ --	37
3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI -----	39
3.1 QUESTÃO FAMILIAR: VÍNCULO COM A MÁ SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA -----	39
3.2 ASPECTOS CONCEITUAIS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -----	42
3.2.1 Conceito sobre violência -----	42
3.3 DEFINIÇÃO TEÓRICA DAS MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO NA REALIDADE BRASILEIRA -----	44
3.3.1 Exploração sexual comercial -----	46
3.3.2 Prostituição infantil -----	47
3.3.3 Turismo sexual -----	48
3.4 APARELHOS INSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO -----	50
3.4.1 Políticas Públicas -----	50
3.4.2 Conselho Tutelar -----	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	67
REFERÊNCIAS -----	69
APÊNDICES -----	72
ANEXOS -----	75

INTRODUÇÃO

Cotidianamente, os meios de comunicação social de massa promovem debates e discussões quanto ao elevado índice de violência em suas diferentes perspectivas, principalmente, quanto a que envolve crianças e adolescentes, enfatizando as causas e conseqüências que atinge este segmento de nossa sociedade.

Espancamentos, maus tratos, abuso e exploração sexual, tortura são formas de violência que ameaçam e violam sistematicamente os direitos da criança e do adolescente.

Neste estudo, busca-se dar evidencia a prática do comércio de exploração sexual de crianças e adolescentes tendo em vista a extensão territorial do município de Laranjal do Jarí. Este tipo de crime ocorre com muita freqüência diante da sociedade, onde se percebe a indignação dos órgãos de proteção à infância e a adolescência diante da problemática.

O comércio da exploração sexual pode ocorrer de forma intrafamiliar e extrafamiliar, visto que os atores sociais envolvidos por medo, por vergonha e muitas vezes por questão econômica, se dispõem em enfrentar situações constrangedoras e a execração pública, e, neste sentido, optam pelo silêncio, que a nosso ver constitui-se no estímulo para a prática deste crime com a conveniência da própria sociedade.

Ressalta-se que o objeto deste estudo é o comércio de exploração sexual de crianças e adolescentes, aquele que ocorre fora da família, ou seja, extrafamiliar. Este ato poderá implicar pela força econômica e tem como uso sexual os menores de idade, designado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual e ora como exploração sexual. Consiste neste cenário, o mecanismo de proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), necessário para se alcançar uma efetiva proteção, uma dignidade humana e, quando se fala em dignidade podemos entrar nos termos da educação, da habitação, da saúde, do lazer e principalmente, consideração e respeito é o que tanto estimam estes sujeitos de direito.

O estudo visa demonstrar o panorama do mapeamento do município de Laranjal do Jarí e o questionamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes existente no município, que é um grande desafio para a sociedade, as problemáticas existentes neste contexto do grupo, que podem ser de natureza socioeducativas, como também culturais, partindo da formação histórica do município. Problemáticas estas podendo ser solucionadas cumprindo dessa forma as determinações da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Este trabalho está dividido em três capítulos. Primeiramente, uma passagem pela formação histórica de Laranjal do Jari, abordando características fundamentais na história de seus povos que na união de suas culturas e tradições regionais evidenciando o aspecto de uma comunidade que se originou ao redor de um complexo industrial. A formação da comunidade do Jari revela uma extrema fragilidade em sua economia e, principalmente em sua infraestrutura.

O segundo capítulo enfoca uma abordagem a respeito dos aspectos geográficos e sociais que apontam para a formação problemática da prostituição no município expondo a vulnerabilidade dos indivíduos que vivenciam diariamente a morada sobre palafitas.

O terceiro concentra-se na questão familiar e suas instigantes situações socioeconômicas. Observa-se que na seqüência, enfoca-se os conceitos de cada modalidade de crime referente a exploração sexual comercial e nas diretrizes dos aparelhos institucionais que apóiam a família em geral relacionada neste crime, aparelhos que auxiliam e que tem a função de proteger tais indivíduos. Portanto, reconhece-se que há muitas contribuições significativas que se configura um avanço na luta pela prevenção deste fenômeno social e cultural que é a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Laranjal do Jari, onde o desafio é designado a toda a sociedade de impedir o avanço de tal problema.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARÍ

1.1 LARANJAL DO JARI: SUA HISTÓRIA E SUA COMUNIDADE

A história do município de Laranjal do Jari se originou a partir de um processo de ocupação, tendo como ponto principal de povoamento o Vale do Jarí. Mas, para se demonstrar esse processo da formação histórica da comunidade de Laranjal do Jarí, é necessário apresentar toda a história da ocupação do Sul do Amapá.

Segundo Santos (1999):

Inicialmente, as terras da região do Jarí fora habitada pelos índios Waianos e apalais e, posteriormente, por nordestinos que para lá migraram a fim de executarem as duas mais importantes atividades econômicas da região: a extração da borracha e a coleta de castanha (SANTOS, 1999, p. 11).

Sabe-se que a região do Sul do Amapá fora habitada pelos indígenas, isto confirma as heranças deixadas por essa população, herança que chamamos de cultura, incluindo as comidas típicas, os traços de uma raça, a própria formação histórica do povo amapaense. Este início histórico é investigado por muitos pesquisadores e historiadores e, que também, não só o Amapá faz parte desse processo quanto também o Pará que é ressaltado na seguinte passagem por Antônio Carlos Rodrigues dos Santos (2008):

(...) a vinda dos padres capuchos de Santo Antônio Almeirim e reconstruíram um forte construído por um caboclo chamado Manoel Siqueira. No ano de 1758, o arraial foi denominado Almeirim, cuja história fala de um total abandono até os primeiros tempos de República. No final do século XIX, essa região passou a ter uma ocupação norteadada pela exploração da borracha natural e da castanha (...) (SANTOS, 2008, pp. 35 – 36).

Devido o isolamento, houve a preservação da cultura local e a tradição ribeirinha até então eram mantidas, mas com a exploração das atividades extrativistas aos poucos esta cultura regional poderia ser afetada. Girard (2003) também relatou este aspecto da importância da cultura local:

(...) A cultura ribeirinha precisa ser melhor entendida, sua importância e significado, seus valores em relação à natureza e sua herança cultural deixada ao longo dessa história no conjunto de sua representatividade regional (GIRARD, 2003, p. 27).

Neste momento histórico, o espaço Amazônico começou a ser explorado por José Júlio de Andrade Silva, ressalta Santos (1999):

José Júlio de Andrade, de origem nordestina, chegou à região em 1882 ainda muito jovem para trabalhar como coletor de castanhas e seringueiro. Com muita habilidade conseguiu adquirir um significativo patrimônio com variedade de recursos naturais, o que favoreceu-lhe o acúmulo de riquezas, construindo assim um império econômico,

com suporte político da época. Fez carreira nos cargos de Deputado e Senador da República e permaneceu, por 49 anos, como proprietário das terras da Jarí (SANTOS, 1999, p.12).

Ressalta-se que em meio a tantos nordestinos, surge segundo Santos (2008, p. 36) “... o então lendário José Júlio de Andrade, conseguiu se projetar como um dos maiores latifundiários da Amazônia...” Observa-se que este período do extrativismo da borracha foi muito mais significativo por se tratar de um processo econômico.

O Coronel José Júlio de Andrade possuía habilidade comercial, atuou como pecuarista, seringueiro, empresário e político, sua sede era em Arumanduba. Segundo Cristóvão Lins (1997), ao mencionar em seu livro, relatou que as casas foram construídas em madeira de lei, sobre palafitas, porque ocorriam inundações na área, como ocorre em toda a Amazônia. Apesar disso o lugar comportava todo um espaço de cidade planejada, pois havia, segundo o autor, cinema, água encanada, luz elétrica, um pequeno hospital, até telefone, telégrafo, e é claro, um estaleiro, sem esquecer o beneficiador de castanha, e ainda possuíam uma agência de correios e até mesmo uma banda de música, tudo girava em torno da sede do Coronel José Júlio, isto é, centralizava seu poder.

Este aspecto da região de Arumanduba, onde residia o Coronel José Júlio, como era chamado por seus trabalhadores, apenas revela o seu poderio. “O poder político regional deste Coronel foi forte, chegando a exercer os cargos de Intendente de Almeirim, Deputado Estadual e Senador” (PORTO, 2002, p. 107). “Possuía aproximadamente 3 milhões de hectares” (PORTO, 2002 citado por LINS, 2001, p. 37) nos municípios paraenses de Almeirim, Porto de Moz e Mazagão, este no Território do Amapá.

Porém, José Júlio sentirá grande abalo, quando seus trabalhadores, revoltados com as condições desumanas a que eram submetidos, foram à Belém denunciar os crimes praticados no Rio Jarí. Este evento coincide com o movimento tenentista, cujo líder no Pará era Magalhães Barata, que passou a hostilizar José Júlio (SANTOS, 1999, pp. 12 – 13).

Este momento ressaltado por Santos e Girard marca o início da decadência da borracha e do enfraquecimento político do império do Coronel José Júlio.

Este foi o ápice para uma mudança que foi se redefinindo para uma economia, gerando perspectivas aos ribeirinhos. Segundo antigos moradores, diversos ribeirinhos saíram de suas margens com todos seus familiares em busca de oportunidades e levaram consigo hábitos regionais e seus valores tradicionais. Mas, conforme a passagem do tempo foram adquirindo outros hábitos e valores que se misturaram a sua cultura. Apesar de que, segundo Laraia (2005, pp. 95 - 96) os autores afirmam que “qualquer sistema cultural está num contínuo

processo de modificação”, por este motivo ocorre uma mistura de outras culturas. E Laraia (2005) ressalta que “A esses empréstimos culturais a antropologia denomina difusão” (LARAIA, 2005, p. 105). E conforme foram se instalando, obtiveram uma outra visão de mundo, na qual teriam que se adaptar.

Este aspecto de mudança também foi percebido por Girard (2003), principalmente no âmbito econômico:

Definiu-se, assim uma transição entre a economia do extrativismo vegetal em ciclos, para a fase da indústria pesada na exploração e exportação dos recursos naturais, com presença de capitais internacionais, e forte alteração da paisagem natural, além de vários impactos sócioambientais. Essa transição marcou também muitas mudanças nos hábitos e valores das comunidades ribeirinhas existentes na área, com a intensificação da urbanização na fronteira agrícola, marcada por forte processo de migração, na concorrência por trabalho assalariado (GIRARD, 2003, p. 29).

As condições reais do Coronel José Júlio tornaram-se outras. O Coronel sofreu hostilização por condicionar seus trabalhadores a maus-tratos e exploração e muitos reivindicaram seus direitos. Isso foi um dos motivos para a venda de suas terras. Segundo Santos (2008, p. 36) descreve que em 1945 o Coronel José Júlio de Andrade vendeu suas terras a um grupo de portugueses que, terras estas que quase por duas décadas foram dedicadas a atividades extrativistas na região. Girard (2003, p. 26) demonstra que a partir de 1948 iniciou-se a segunda fase de desenvolvimento econômico local. Historiadores revelam que quatro anos mais tarde faleceu José Júlio de Andrade em Portugal. Segundo informações da jari.com, o grupo de empresários portugueses por fim, criou a Jari Indústria e Comércio S/A, “(...) com sua sede em Jarilândia, na margem esquerda do rio Jarí, próxima a foz do rio Amazonas” (GIRARD, 2003, p. 26), e passou a exercer também a atividade de exportação de madeiras através dos rios Jari, Paru, entre outros, dedicando-se as mesmas atividades extrativistas.

Segundo Pereira (2009):

O auge do extrativismo vegetal no Vale do Jarí compreendeu a época de José Júlio e dos portugueses, estes exploraram a região por vinte anos, compraram as terras do coronel José Júlio de Andrade da Silva e depois venderam a Daniel Keith Ludwig, para a implantação do Projeto Jarí (PEREIRA, 2009, p. 31).

Para que a região Sul do Amapá fosse a escolhida por Daniel Keith Ludwig foi feito um estudo para a implantação de seu grande sonho. O que se tornou relevante para sua escolha foi:

O atrativo da área para o grande empreendimento foi a extensão territorial, boa topografia, rios navegáveis para o escoamento da produção, clima tropical, mão de

obra barata e farta, e solos aparentemente de boa fertilidade (LINS, 2001, p. 166. citado por GIRARD, 2003, p. 28).

Daniel Keith Ludwig almejou um grande projeto ao adquirir as terras do grupo de portugueses. Norte-americano e empresário milionário, conseguiu realizar a implantação. Segundo pesquisadores, esse foi um dos maiores empreendimentos econômicos da região, concebido no mesmo ano em que Monte Dourado foi fundada em 1967.

Este fato a Jari Celulose S/A confirma em seu site jari.com.br:

O empresário norte-americano Daniel K. Ludwig, na época com 74 anos de idade, adquire a empresa Jari Indústria e Comércio dos portugueses, com uma área de 1.734.606,01 hectares na região do Jari, criando em seguida a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. Nesta região, Ludwig, conhecido como um grande visionário e empreendedor, decidira produzir celulose de alta qualidade e papel, a partir de áreas reflorestadas. Foi este o início do Projeto Jari, um dos maiores e mais ambiciosos programas agro-industriais de seu tempo (JARI CELULOSE S/A. [2007?], p. 01).

Esta exata dimensão da área adquirida onde muitos estudiosos não confirmam, apenas discutem a respeito de apropriações legais ou ilegais das terras.

No início, a sede do Projeto era em Jarilândia, bem ao sul do atual município de Laranjal do Jarí, próximo à foz do rio Jarí, uma garantia para o controle da área. Porém houve uma permuta da sede para Monte Dourado, cidade esta planejada com toda infra-estrutura adequada para sediar o Projeto Jarí (...) (SANTOS, 1999, p. 14).

Segundo Santos (2008, p. 36) Ludwig não sabia o tamanho exato da dimensão das diversas terras adquiridas e isso gerava um grande transtorno. Assim, aproveitando-se desse fato, ele procurou aumentar a dimensão de suas terras, tentando apropriar-se ilegalmente das áreas do Vale do Jari. Através de negociações com o governo brasileiro, deu início as principais atividades, como a produção de celulose e papel de alta qualidade para a demanda do comércio internacional, substituindo a floresta nativa por uma plantação homogênea de pinus e eucalipto, para a fabricação de celulose matéria-prima do papel. Este foi o início do mais conhecido “Projeto Jari”, um mega projeto que mudou a face do Vale do Jarí.

Em outras palavras:

Com atrativos de peso para o capital transnacional, como facilidades sob formas de isenção de impostos e de incentivos fiscais, associados aos lucros substancialmente acrescidos pelos baixos salários dos trabalhadores braçais e com riquezas minerais de teor existentes no Vale do Jarí, como Bauxita e Caulim, em 1968 o mega empresário Daniel Keith Ludwig comprou as terras dos portugueses no Vale do Jarí. Porém, existem divergências quanto às dimensões da área, a empresa sempre querendo se apossar de uma área maior do que é de direito (PEREIRA, 2009, p. 33).

Além da celulose, ocorreu a necessidade para complementar o produto final para exportação. Segundo o autor (SANTOS, 2008, p. 38) “em 1967, o geólogo Stadler encontrou

fragmentos de caulim rolado nas encostas do rio Jarí”. Um minério de grande utilidade para o branqueamento da celulose. Com as filiais da empresa Jari começou a exploração do minério.

A exploração de caulim passou a ser realizada por outra empresa do Porjeto Jarí: a Caulim da Amazônia S.A., hoje denominada CADAM S.A localizada no lado paraense do rio Jarí, a CADAM havia iniciado suas atividades em 1971 e hoje é considerada como a maior produtora e exportadora de caulim para revestimento de papéis do Brasil (SANTOS, 2008, p. 38).

Compreende-se que a empresa Jarí e suas filiais exerciam paralelamente outras atividades que lhes complementariam nas atividades finais do produto a ser comercializado e exportado.

Assim, o milionário Ludwig ocasionou um pedido, a realização de uma Fábrica pré-construída no Japão, em Kure, que atravessando os Oceanos Pacífico e Índico, cruzando por fim o Oceano Atlântico, sendo assentada sobre estacas de maçaranduba, onde se encontra até hoje. A vinda desta fábrica pré-montada causava grande murmúrio e curiosidade aos moradores. A partir de então, se deu o primeiro passo para um desenvolvimento do lado do Pará, onde a economia gerada rendeu-lhes um padrão diferenciado com relação ao Amapá. “Esse projeto, localizado na foz do Amazonas, abrangendo parte de Almeirim (PA), Laranjal do Jarí (AP) e Vitória do Jarí (AP), foi aprovado em 12 de agosto de 1969 pela SUDAM (...)” (SANTOS, 2008, p. 36).



Figura 01: Transporte da fábrica de celulose e papel pré-construída
Fonte: Foto 01, www.jari.com.br/web/pt/perfil/história.htm

Com todo o mecanismo que a empresa apresentava aos seus funcionários para manter o controle de ocupação, como por exemplo, construindo moradias, entre outros benefícios, apenas isso não poderia conter a ocupação de pessoas que vinham a procura de trabalho. Com isso, a região amapaense foi sendo ocupado por esses indivíduos, e assim, a problematização social e econômica da região do Vale do Jari teve seu início em decorrência da implantação do Projeto Jari. Se generalizarmos este aspecto, observaremos que ao se implantar projetos de industrialização há ao seu redor vários impactos, em sua maioria, caracterizando prejuízo à comunidade, ao meio ambiente, problemas sociais que afetam diretamente o ser humano.



Figura 02: Fábrica de Papel e Celulose na cidade de Munguba – PA
Fonte: Foto 02, www.jari.com.br/web/pt/perfil/história.htm

A figura 02 mostra a fábrica de celulose, onde se encontra estrategicamente localizada no distrito industrial de Munguba na região do Pará e está próxima da floresta e do porto de embarque e desembarque do produto. Em frente está localizado o município de Vitória do Jari e o divisor destas duas localidades é o rio Jari. Portanto, muitos moradores de Vitória do Jari participaram e continuam neste processo de evolução da economia gerando a mão de obra. Assim como em Laranjal do Jari, grande parte dessa mão de obra foi contratada de forma temporária e indireta por empreiteiras, e segundo o site amapa.net, muitos trabalhadores visavam melhores condições de vida, isso não lhes assegurava seus direitos trabalhistas, pois eram dispensados pela empresa, e não possuíam moradias e recursos para retornarem a seus locais de origem. Com isso, dirigiram-se para viver às margens do rio, construindo suas casas em palafitas sem as razoáveis condições de higiene e sobrevivência.

Ressalta Araújo (2002):

Os operários demitidos não podiam residir em Monte Dourado e na expectativa de uma recolocação no emprego os demitidos começaram a se aglomerar na margem esquerda do rio Jarí, lado pertencente ao Amapá, e foram surgindo ocupações em áreas de ressaca (ARAUJO, 2002, p. 15).

Assim formou-se a vila do “Beiradão” às margens do rio. Sendo dispensados pela empresa, os trabalhadores foram se alocando de forma desordenada no local e essa ocupação irregular ganhou proporções gigantescas, tendo como consequência muita pobreza, violência e prostituição, visto que não havia outros meios de sobrevivência para esses moradores, intitulada como “a maior favela fluvial em palafitas do mundo”.

Assim a autora Carla Bronzo Ladeira Carneiro (2005) revela que:

[...]situações de baixa renda somam-se, perversamente, a necessidades básicas insatisfeitas: condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados[...] (CARNEIRO, 2005, p. 67).

Portanto, a autora ressalta que a situação de vulnerabilidade das famílias também se relaciona com a concepção de pobreza e este tipo de situação se encontra muito próximo das famílias dos moradores do Beiradão estigmatizados por valores e comportamentos.

Um enfoque relevante é que a pobreza pode levar o indivíduo não ter a liberdade de desenvolver o que deseja. Dessa forma, a autora revela que “...A pobreza é definida como privação de capacidades...” (CARNEIRO, 2005, p. 71) e essa privação se revela através das condições mínimas e básicas de sobrevivência que excluem socialmente o indivíduo que ali reside na vila do Beiradão. Apesar disso, muitos moradores resistem, são os chamados inadaptados sociais, revela a autora.

Beiradão, por ser uma extensa e ocupada área na beira do rio, lado este onde se encontra vários bairros como, Samaúma, Malvinas, Centro, Três Irmãos, Santarém, Sagrado Coração de Jesus e Santa Lúcia, existe uma singularidade nos bairros, já que todos foram construídos em madeira à beira do rio, com trapiches enormes, ou seja, pontes, o que demonstra o grau de alta vulnerabilidade dos moradores em relação a saúde já que não há água tratada em todas as casas. Esses bairros estão na área alagada, considerada área de alto risco, pois o saneamento básico é precário, além de outras deficiências que sendo resolvidas corresponderiam ao mínimo de progresso aos cidadãos dos bairros. Isso mostra que não há uma evolução para o desenvolvimento do município, já que a sociedade só evolui à medida que o crescimento da economia, da saúde e das necessidades básicas são solucionadas.

Os ricos detalhes em relação ao Beiradão definem a compreensão de Goffman (2008) “(...) Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem uma probabilidade de serem nele encontrados” (GOFFMAN, 2008, p. 11).

Agora, pode-se perceber o grande diferencial, com relação a ocupação do espaço, onde o distrito de Monte Dourado teve uma ocupação totalmente planejado, partindo do princípio da existência de um grande projeto, onde tudo girava em torno desse empreendimento. Para que tudo se realizasse conforme a necessidade da fábrica, pequenos projetos foram sendo construídos, tais como: a vila para funcionários e seus familiares com um boa estrutura para seus modores, a implantação do hospital, a construção do restaurante, saneamento básico, água e energia elétrica em todas as residências. O projeto proporcionou uma visão de estabilidade aos funcionários, com emprego seguro, o que dava uma sensação de segurança aos que permareceram trabalhando.

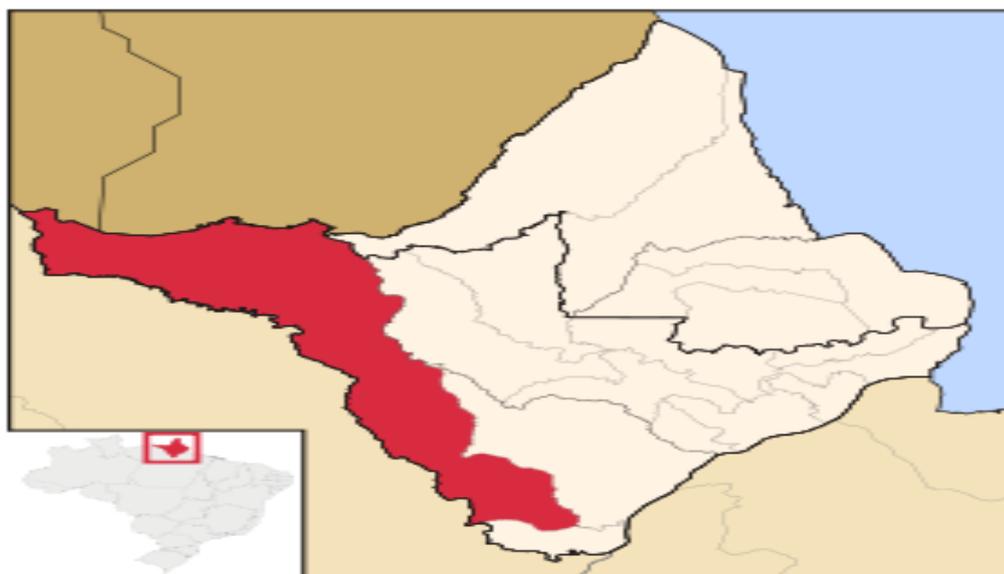


Figura 03: Localização de Laranjal do Jarí no Estado do Amapá
Fonte: foto 03, pt.wikipedia.org/.wik/Laranjal_do_Jari

Como se sabe, o município de Laranjal do Jarí, no Sul do Amapá, é um dos maiores municípios do Estado, localizado na margem esquerda do rio Jarí, rio este que separa o Estado do Amapá do Estado do Pará. Segundo Porto (2002, p. 107 - 108) “o Rio Jarí é bastante encachoeirado e possui apenas 153 km de navegabilidade, desde a sua foz a base da Cachoeira Santo Antônio”. Faz limite com os municípios de Vitória do Jarí, onde à margem direita do rio Jarí está situado a fábrica do Projeto Jarí, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque; com o estado do Pará e ainda com os países Suriname e Guiana Francesa.

1.2 UMA ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARÍ

A comunidade de Laranjal do Jari é uma sociedade com várias contribuições culturais, do povo indígena local que transmitiu o idioma, assim como a culinária, o cultivo da mandioca, a pesca, o banho no rio, o dormir de rede e o consumir do que a natureza oferece. Os ribeirinhos regionais que se encontram ao longo do rio Amazonas, com suas tradicionais canoas artesanais, suas casas a beira do rio, cobertas de palha que são pegadas na floresta e o povo nordestino humilde e trabalhador. As características de cada povo foram a herança transmitida e herdada através da aprendizagem e por meio da fala transmitida pelos seus antepassados.

Observa-se que este processo histórico ocorrido no Laranjal do Jari mexeu com a cultura de cada povo que participou diretamente desta ocupação. Segundo Laraia (2005) quando nos demonstra o conceito de cultura a partir de ótica de Kroeber no item 07, revela que “A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo” (LARAIA, 2005, pp. 48 – 49). Desse processo originou-se a atual comunidade de Laranjal do Jari. Neste contexto, o morador da comunidade de Laranjal do Jari herdou toda uma aprendizagem dos vários âmbitos de suas gerações e dos povos que desenvolveram sua formação histórica, transmitindo assim todas as experiências de cada um, se tornando, conforme Laraia (2005) uma “transmissão interminável de acumulação” (LARAIA, 2005, p. 52).

Apesar da existência deste pólo industrial no Pará, a implantação do projeto Jarí, mais precisamente em Monte Dourado, com o alto fluxo migratório destes povos que formaram Laranjal do Jarí, ele não veio acompanhado pelo desenvolvimento econômico, político, social e administrativo da região, como consequência a população se encontrava despreparada para enfrentar os reflexos sociais decorrente desse fenômeno, com isso surge à necessidade da comunidade, principalmente, as demandas aos serviços públicos.

Monte Dourado é distrito de Almeirim, localizado no estado do Pará, onde se situa a sede da Jarí Celulose S.A. Monte Dourado, segundo Lins (1997, p. 13) “Foi fundada no dia 25 de maio de 1967 por Rodolfo Dourado, o vencedor de uma concorrência pública para edificar o acampamento básico de um grande projeto florestal (...)”. Através de vários contatos o engenheiro ganhou a licitação, “(...) Rodolfo Pereira Dourado, (...) e seus companheiros de expedição desembarcaram na localidade chamada “Olho d’água” (onde é hoje o porto de Monte Dourado) no dia 25 de maio de 1967(...)” (LINS, 1997, pp. 62 – 63). Contudo, Monte

Dourado surgiu para suprir a necessidade do Projeto Jarí, principalmente para alojar seus funcionários adequadamente em locais estruturados, com saneamento básico, educação e saúde.

Um distrito que continua mantendo sua organização hierarquicamente, ou seja, conforme o cargo ocupado por cada funcionário. Existem divisões por bairros de acordo com essa ocupação funcional, o “Stafão” era ocupado por chefias de maior patamar, como os diretores da Indústria, no “Staff” moravam supervisores do Projeto e médicos, o intermediário e a “Facel” onde era ocupada por funcionários de menor especialização profissional.

Abaixo, na figura 04, apresenta-se o Distrito do município de Almeirim no Estado do Pará, Monte Dourado, localizado à margem direita do rio Jarí, construído de acordo com modelo norte-americano.



Figura 04: Localização de Monte Dourado – Pará, Laranjal do Jari – Amapá e Vitória do Jari
Fonte: Foto 04, www.jari.com.br/web/pt/perfil/localizacao.htm

Interessante observar na figura 04, imagem que confirma os detalhes geográficos da localização dos dois municípios: do lado esquerdo fica Laranjal do Jari e do lado direito ao rio Jari é Monte Dourado. Vale ressaltar a diferença na organização espacial entre os dois municípios. De um lado Laranjal do Jari teve sua ocupação em área alagada e sem o devido planejamento, e de outro, Monte Dourado, com uma estrutura digna para seus residentes e funcionários absorvidos pelo Projeto.



Figura 05: Localização de Monte Dourado – Pará. A frente do distrito – embarque e desembarque
 Fonte: Imagem 05, trabalho de campo

Observa-se na figura acima o rio é um dos meios de contato entre as duas sociedades, visto que há um fluxo constante de funcionários que trabalham na fábrica de celulose e são moradores de Laranjal do Jari, que diariamente embarcam e desembarcam, fazendo o uso de catraias. A figura 05 demonstra o “Olho d’água”, o exato local onde o engenheiro Rodolfo Dourado desembarcou com seus ajudantes. Esse foi o primeiro passo a ser dado para a construção do distrito.

Em relação aos funcionários do projeto que são moradores de Laranjal do Jari, num determinado período, estes almejam o direito de conseguir uma casa em Monte Dourado. Ganhando a casa, mudam de ambiente, de sociedade, mudam também de status¹, além disso, o meio influencia diretamente na visão que se tem em relação ao outro. Com isso, a visão reproduzida desses funcionários, já moradores de Monte Dourado torna-se influenciada pelo meio onde vive, portanto a sociedade de Monte Dourado terá uma visão estigmatizada em relação à Laranjal do Jari.

¹ Os funcionários do Projeto Jari que são moradores de Laranjal do Jari ao obterem uma casa em Monte Dourado mudam sua visão em relação à Laranjal do Jari, pois ocorre a influência do meio onde o funcionário se encontra. O meio mais rápido para o funcionário adquirir uma casa em Monte Dourado é casando-se. Em Monte Dourado a sociedade já estabelecida possui uma coesão fornecida pelo próprio ambiente, cidade organizada, sociedade organizada.

1.3 EXCLUSÃO SOCIAL EM LARANJAL DO JARÍ: MAZELAS HERDADAS DO PROJETO JARÍ

Grandes teóricos revelam através da evolução dos processos históricos que o conceito de exclusão vai se redefinindo conforme as mudanças na sociedade, na economia, no setor do trabalho e na educação, uma vez que:

Exclusão é um termo utilizado, frequentemente, para se referir a todo tipo de mazela social e é usado de forma pouco parcimoniosa, com sentidos sobrepostos, referindo-se a fenômenos diversos tais como pobreza, desigualdade, isolamento, preconceito, privação e vulnerabilidade, entre outros (CARNEIRO, 2005, p. 73).

A autora caminha no sentido de abordar a evolução do conceito de exclusão, conforme a instabilidade da economia configurando novos pobres e logo se expande atingindo a todos em uma sociedade.

Sobre exclusão, Carneiro (2005) considera:

Antes de mais nada, o conceito de exclusão envolve uma dimensão relacional. A ideia básica é que todo processo de exclusão traduz um fenômeno contingente e modelado a partir de características próprias de diferentes sociedades e culturas (CARNEIRO, 2005, p. 74).

Girard (2003) pontua uma observação ambiental:

O principal impacto social originado com a migração populacional para a área na década de 1970, sem dúvida, foi a construção do núcleo urbano planejado de Monte Dourado no Pará (sede residencial dos funcionários da empresa) e as ocupações clandestinas de áreas da empresa pelos aglomerados populacionais denominados Beiradão e Beiradinho, caracterizando problemas fundiários, exclusão sócio-espacial e desigualdade na condição de moradia entre as duas áreas, certamente com sobrecarga às condições ambientais existentes na área (GIRARD, 2003, p. 30).

Girard (2003) expôs a seguinte explicação a respeito do nome dado aos aglomerados urbanos que se formam sobre palafitas nas margens do rio Jari. Ficou conhecido como Beiradão (atualmente Laranjal do Jari) o aglomerado que se formou em frente de Monte Dourado/Pa e Beiradinho (atualmente Vitória do Jari) o que se constituiu em frente à fábrica de celulose do projeto Jari, em Munguba/Pa. As duas áreas faziam parte do município de Mazagão no Território do Amapá na década de 1970 (GIRARD, 2003, p. 30). Estas formações de sociedades marcaram o seu processo histórico e sua formação social.

Neste sentido, pode-se afirmar que a herança herdada a sociedade de Laranjal do Jari do Projeto Jarí foi a decadência da floresta nativa, o desmatamento desordenado para a plantação de uma floresta originando o processo de industrialização, gerando fatores importantes relacionados a situação de decadência econômica e principalmente social, como desigualdade na distribuição de renda, a desigualdade social, as estruturas de suas moradias em

palafitas refletem suas necessidades básicas, ou seja, a ausência delas como, luz elétrica precária, infraestrutura precária, baixo nível de educação, tipos de mazelas sociais deixada às famílias que acreditaram no progresso que o projeto poderia lhes dar, mas infelizmente este fato não ocorreu.

2 A PROSTITUIÇÃO NO JARI: BEIRA – RIO E MALVINAS

2.1 HISTÓRICO DA PROSTITUIÇÃO NA REGIÃO DO JARÍ

A prostituição é um tema delicado, pois está diretamente relacionado com o indivíduo e a sociedade. Mas, o que vem a ser prostituição? É uma ação, fato ou efeito de entregar-se à profissão de prostituta que é uma mulher que tem relações sexuais para ganhar dinheiro². Na realidade, não somente a mulher tem essa profissão, isso inclui o homem, a criança, o adolescente. Isto, para alguns estudiosos, esse comportamento é desviante, foge aos padrões de aceitação da sociedade.

Estudiosos como Laraia (2005), ressaltam que estes indivíduos sofrem agressões físicas por não serem aceitos pela sociedade:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade (LARAIA, 2005, p. 67)

Pela não aceitação, Goffman (2008) revela que:

[...] Em primeiro lugar, há estigmas importantes, como o das prostitutas, [...], que exigem que o indivíduo seja cuidadosamente reservado em relação a seu defeito com uma classe de pessoas, a polícia, ao mesmo tempo em que se expõe sistematicamente a outras classes, ou seja, clientes, [...] (GOFFMAN, 2008, pp. 84-85).

Aqui se observa uma situação crucial que ocorre com a classe, a violência, pois para a classe obter sua finalidade, que é garantir o lado financeiro, realmente precisa correr o risco de expor a clientela.

Tal exclusão proporciona alguns fenômenos relacionados a valores, condutas e atitudes, com isso, a situação social obriga o indivíduo a repensar em seus valores, principalmente em situações de vulnerabilidade.

Assim se revela na figura a seguir, Laranjal do Jari, conhecido popularmente como Beiradão, por se desenvolver em uma beira de rio, é um município que foi formado aos pés de um projeto em que apenas garantiu aos seus moradores a exclusão social.

² Conceitos extraídos do Dicionário Didático de Português / Maria Tereza Camargo Biderman. 2ª ed. – São Paulo: Ática, 1998.



Figura 06: Croqui elucidativo dos bairros de Laranjal do Jari – Ap
 Fonte: foto 06, Secretaria Municipal de Obras de Laranjal do Jari – Ap

A figura 06 é um demonstrativo geral dos bairros de Laranjal do Jari, o qual expõe aparentemente uma estrutura desordenada, mesmo assim a cidade tem sua ordenação rotineira. Ao se analisar o âmbito geral de Laranjal do Jari, tem-se em maior evidência a avenida Tancredo Neves, cortando o município de norte a sul, uma avenida principal, onde há um grande fluxo de pedestres, ônibus, bicicletas, taxistas entre outros. No percurso da avenida existe um intenso movimento o dia todo, mas durante a noite a circulação maior é de pessoas a procura de lazer, com uma considerável presença de crianças e adolescentes.

O município possui 16 bairros como o bairro Maria de Nazaré Mineiro, Loteamento Sarney, Cajari, Buritizal, Nova Esperança, Centro (Beira – Rio), Castanheira, Agreste, Prosperidade, Mirilândia, que estão situados em terra firme e possui uma estrutura ordenada, os bairros Centro, Samaúma, Malvinas, Três Irmãos, Santarém, Sagrado Coração de Jesus e Santa Lúcia são bairros cercados por várzeas, isto é, alagados e aparentemente sem organização de infraestrutura. Na verdade, não só os bairros da beira que são alagados, Laranjal do Jari se encontra envolvida por várzeas. O município possui a 3º maior população do Estado do Amapá, tendo 28.196 habitantes, sendo 26.487 na área urbana (94%) e 1.709 na área rural (6%) segundo o Censo IBGE - 2000.

Um município populoso com maior concentração na beira do rio traz consigo conseqüências como a favelização do Beiradão, a violência e consigo a prostituição. Moradores revelam que muitos pistoleiros gerenciavam a região e havia até mesmo toque de recolher para a população. Além disso, traficantes roubavam os moradores e, assim a sociedade laranjalense ficava a mercê do descaso das autoridades e nas mãos de oportunistas da violência. Dessa forma a cidade que já tinha um estigma de favela, agora adquiria um estigma de comunidade violenta devido a sua formação histórica. Azevedo (2009) demonstra que violência existe no campo cultural, podendo ser banida da sociedade.

Atualmente, Laranjal do Jari se revela um município emergente e a disputa pela região entre pistoleiros demonstra não ter vestígios, os toques de recolher não existem mais, a não ser por necessidade de segurança para a sociedade por parte do poder judiciário, que combate a violência em geral.

A realidade rígida de Laranjal do Jari foi perpetuada pela ignorância, talvez ingenuidade do “não saber” de um povo que crescia com uma imagem negativa. A violência estampou uma imagem que transcende até o presente. A sociedade do município de Macapá possui uma visão estereotipada em relação ao município de Laranjal do Jari, um olhar de preconceito, sinalizando uma comunidade prostituída, contida no mercado do sexo fácil e da violência rotineira, uma imagem configurada pela sociedade de Macapá, na qual situa

Laranjal como sendo uma sociedade de baixo nível de evolução educacional, econômico e até mesmo social. Esta perpetuação da imagem sobre o município é dita por Goffman (2008) de estigmatização de um povo sobre o outro, onde o autor evidencia da seguinte forma:

[...] Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu defeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2008, p. 12).

A figura de um indivíduo, morador de Laranjal do Jari, no seu particular, evoca características impresumíveis como, o malandro, menino de rua, meninas que serão futuras prostitutas, entre outras peculiaridades que foram definidas através da história do município³.

Sabe-se que este significado revelado por meio da história do município desvenda também um lado social, específico de um indivíduo. A mulher, sendo prostituta sofre também com esse estigma, exatamente por pertencer a uma cidade pobre economicamente e com um aspecto físico semelhante a uma favela, sendo assim, sua identidade social é visível diariamente, pois é um indivíduo muito exposto à sociedade. De uma mesma forma, a prostituição infantil no município é um caminho que muitas crianças encontram com facilidade, muitas vezes por pertencerem a um bairro de maior concentração de prostituição, por serem de famílias de baixa renda, por sofrerem violência em seus lares ou por serem filhas de prostitutas e Geertz (1997) mostra que “[...] sua identidade é um tributo que toma emprestado do cenário que os rodeia” (GEERTZ, 1997, p. 102), por isso, se sua identidade revela atributos ao local que cidadão pertence, sua pessoa será identificada como tal. Portanto, pode-se obter uma visão estigmatizada para com os cidadãos pertencentes aos bairros Malvinas e Centro podendo gerar na visão do outro um ser violento de um bairro violento, uma prostituta do bairro de prostíbulos.

2.2 PRINCIPAIS PONTOS DE CONCENTRAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO

A prostituição necessita em si de espaço físico para ser executada e, em Laranjal do Jarí os pontos de concentração se firmam no bairro da Malvinas, onde muitos moradores dizem que este nome foi herdado devido a Guerra das Malvinas, certamente comparando e culminando com vários conflitos que ainda acontecem no bairro.

³ Geertz faz jus quando se fala a respeito de tipo especial, onde os atributos e os estereótipos de um indivíduo no qual citamos é um estigma que facilmente o outro no seu olhar pode identificar como tal.

Na década de 1980 estava no auge a procura do ouro pelos garimpos, com isso havia muitas disputas pelo minério e os fatos provocavam um número acentuado de mortes, além disso, havia os pagamentos mensais dos funcionários, os quais ao receberem seus salários atravessavam para Laranjal a fim de desfrutar das facilidades de diversão oferecidas pelo local, já estando bêbedos eram assaltados e muitos eram mortos e amanheciam, segundo informações de moradores antigos do bairro, emersos no rio, outros se encontravam até mesmo sem suas roupas.

Portanto Araújo (2002) ressalta características instigantes do bairro Malvinas:

É um bairro onde convivem famílias numerosas, com alto grau de popularização, trazendo conseqüências desastrosas dentre as quais, o grande índice de violência, drogas e prostituição. É a gente da beira do rio, do Beiradão (ARAÚJO, 2002. p. 23).

Pode-se identificar também o bairro do Centro, que no seu início foi denominado de Beira-Rio, é uma área cortada pela Avenida Tancredo Neves, possuindo moradores dos dois lados, foi aterrado há 03 décadas, onde se concentram quase todos os comércios de grande e médio porte. Segundo moradores, é um dos bairros mais antigo e bastante povoado da região, havia bastantes boates, o barulho era imenso, viam-se muitos funcionários da Jari pelos bares, pois ainda se encontravam com o uniforme da fábrica. No bairro há um grande movimento de crianças nas ruas.

Araújo (2002) ressalta a insegurança da comunidade do bairro do Centro:

Esta é uma região considerada bastante violenta, principalmente a rua da Usina, pela presença de muitos barzinhos e casas de prostituição, o que torna uma área de concentração de pessoas que procuram o lazer noturno, lazer esse que parece ser o sinônimo de bebedeiras, uso de drogas, sexo, brigas e conseqüentemente, cortadas de terçados, muitas vezes seguidos de morte (ARAÚJO, 2002, p. 25).

Quando se fala a respeito do bairro Malvinas, cita-se também a rua da Usina, que parece ser independente do bairro, mas não é, a seguir, ela corta o bairro ao meio, através desta facilidade, a vizinhança circula com maior liberdade. Aliás, essa liberdade ocorre também com a prostituição e, ao analisar o ambiente, observaram-se crianças nas ruas até mesmo durante a noite. A observação dos ambientes nos bairros da beira demonstrou uma quantidade acentuada dessas crianças nas ruas, pelo fato de haver apenas as ruas para a circulação de moradores, ou seja, quem mora em ambiente de palafitas somente encontrará sua vizinhança, é claro, nas ruas.

Nos bairros estudados, pode-se observar uma verdadeira fonte de informações direcionada aos estímulos dos sentidos, uma imagem de símbolos e sons que predominavam e

vizinhança da redondeza agradece a sua existência em seus relatos, na pesquisa de campo, pois a mesma trouxe ao bairro novas perspectivas por influenciar diretamente na educação, interferindo até mesmo na diminuição da prostituição. Na ótica de seus moradores, a escola conseguiu resgatar e mostrar aos seus jovens novos interesses profissionalizantes.

Os moradores da comunidade chamam “vila” de “beco”, porque existem várias passarelas, principalmente as que fazem ligação direta entre si, como a rua da Usina, a rua Pará, a passarela da Assembléia, a passarela do Gama e a passarela do Nestor até a rua da Amizade. Essa ligação das vilas através das passarelas facilita a circulação de indivíduos em busca do prazer sexual, o que movimenta e estimula a propagação nesses locais.

A rua da Usina sendo de terra firme, apresenta um trecho que vai em direção ao Bairro do Samaúma, onde em frente passa a avenida Tancredo Neves. Neste percurso inicial da avenida fica uma Escola Estadual (Prof^a. Sônia Henriques Barreto) e na rua da Usina uma Escola Municipal (João Queiroga de Souza). Ambas as escolas localizam-se em ambientes favoráveis a violência, pois é um perímetro que possui bastantes bares e casas de prostituição ao longo da rua, locais estes que atraem pessoas a procura de sexo um lazer noturno.

Pode-se observar que esses espaços, ou seja, os ambientes sociais freqüentados pelas pessoas irão estabelecer sua categoria como também seus atributos, tais como sua identidade social. Portanto, Goffman (2008) explica sobre a categoria:

[...] o que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida (GOFFMAN, 2008, p. 32).

Compreende-se a explicação de Goffman exemplificando especialmente a categoria das prostitutas que se reúnem em pequenos grupos sociais. E também o autor ressalta características que segundo ele, são informações que revelam a categoria de tal grupo:

No estudo do estigma, a informação mais relevante tem determinadas propriedades. É uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espírito [...] (GOFFMAN, 2008, pp. 52 – 53).

Portanto, além das informações a respeito do indivíduo, têm-se as informações dos ambientes. Assim, quando se relata a respeito dos bairros Centro e Malvinas como representantes de maior incidência de prostituição, e isso também reflete com a própria comunidade dos bairros, isto ocorre devido a grande concentração da população, principalmente na história que se refere ao surgimento dos próprios. Assim, os bairros Centro e Malvinas possuem características que lhes são atribuídos e que lhes tornam diferentes.

2.3 INCÊNDIO NA BEIRA-RIO: DESLOCAMENTO DAS ÁREAS DE PROSTITUIÇÃO PARA OUTROS BAIRROS

As especificidades de incêndios são acontecimentos históricos em Laranjal do Jari. Ocorre principalmente em época de verão, mas o motivo maior dessas ocorrências são as formas de construções da cidade, a estrutura das casas todas em madeira com uma estrutura elétrica precária desde o início de sua história.

O primeiro incêndio em Laranjal do Jari ocorreu no bairro Malvinas e segundo alguns moradores, foi em 1989 e o segundo foi em 1994, um bairro carente em todos os sentidos. Mais recentemente, outros dois incêndios ocorreram especificamente na rua da Usina em 2010 localizada no bairro Malvinas, rua na qual já havia recebido os moradores do último incêndio ocorrido no bairro. Assim foram surgindo novas configurações do bairro e, a prostituição se dirigiu para outros locais, principalmente na rua da Usina que possui terra firme e um trecho inicial de pavimentação.

Historicamente, tais incêndios que ocorreram e podem ocorrer em Laranjal do Jari são devido ao crescimento não planejado do local, tendo como consequência uma má infraestrutura. Desordenado, o município não possui saneamento básico, a maioria das casas é construída em palafitas muito próximas umas das outras, o que ajuda na rapidez da propagação do incêndio.

A figura exhibe a realidade muitas vezes descrita por pesquisadores, outras dessas realidades são relatadas por meios de comunicação que abordam muitos fatos problemáticos, além dos incêndios, as enchentes anuais. Aqui se tem uma visualização real do bairro, becos estreitos, moradias lado a lado, possibilitando maior probabilidade para novos incêndios.



Figura 08: Bairro da Malvinas
Fonte: foto 08, trabalho de campo

2.3.1 Abrem-se umas portas de dia e à noite abrem-se outras

Este é o grande movimento percebido em Laranjal do Jarí. Durante o dia há uma grande circulação de funcionários atravessando o rio Jarí em catraias para trabalhar na fábrica. Como também de empresários abrindo seus comércios para venda nos bairros mais movimentados como o Centro e Malvinas, com baiúcas de peixes, lanchonetes para o café, além da circulação de táxis e bicicletas. Essa é a rotina dos comerciantes e empresários do local que abrem suas portas diariamente durante o dia para comercializarem seus produtos. Nesses mesmos locais no período noturno, abrem-se outras portas com uma clientela diferente que vai em busca de outro tipo de atividade, como uma noite movimentada por músicas e ofertas de prazeres, visto que há muitas pessoas trabalhando nesse mercado do sexo.

No município, estes novos caminhos em sua maioria, surgiram através de alguns incidentes ocorridos, como por exemplo, no bairro Malvinas, com vários incêndios. Essas ocorrências desviaram os espaços freqüentados, assim se configuraram outros espaços. Com risco de novos incêndios, os moradores da Malvinas foram se dirigindo para novos espaços, formando novos prostíbulo, como na rua da Usina que pertence a Malvinas e a área portuária que engloba o bairro do Centro. Nesses locais, observa-se tanto de dia quanto a noite, um movimento constante de pessoas aliciando, prostituindo-se e cometendo violências.



Figura 09. Bairro Centro – Rua da Usina durante o dia
Fonte: foto 09, trabalho de campo



Figura 10. Bairro Centro – rua da Usina à noite
 Fonte: foto 10 ,trabalho de campo

As figuras mostram a mesma rua, em períodos distintos durante o dia e à noite. A rua da Usina, observe que em frente é a avenida Tancredo Neves, no qual pode ser demonstrado na figura 06 do mapa dos bairros do município, onde após um último incêndio, várias famílias foram atingidas e a Prefeitura de Laranjal do Jari construiu novas residências também em madeiras para ceder à população que perdeu suas casas nesse incidente fatal. Nesse local a movimentação da população é densa, principalmente de crianças e adolescentes, mesmo à noite, onde mostra uma área sob domínio da prostituição.

2.4 PONTOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL EM LARANJAL DO JARÍ

Através do mapa, especificamente do bairro Malvinas, exposto na figura 08, existem passarelas e ruelas, as quais escondem um movimento acentuado da prostituição, segundo moradores mais antigos revelam que não acabou apenas ficou mais reservado, e antigamente, o que se observava era uma prostituição a céu aberto.

Neste sentido, com base na pesquisa *in loco*, percebeu-se que os bairros Malvinas e Centro são dois dos principais pontos de exploração sexual de Laranjal do Jari, pois em meio às entrevistas, foram os pontos onde se encontrou facilmente esses profissionais atuando. Em bares, observou-se também a presença de crianças vestidas igual a um adulto, demonstrando

seu corpo para venda, outras passeavam pela rua em horário impróprio, esses aspectos denotavam um critério importante, o caráter comercial.

Em outra situação, se observou as adolescentes e, em maior número as adultas oferecendo seus corpos, em ambientes camuflados de bar na frente e atrás são os quartos para as práticas sexuais, existe um patrão que é o dono do bar e delas, este controla todo o ambiente, exercendo uma relação de poder. Algumas já possuem sua própria casa e não dependem de exploradores, mas freqüentam o mesmo bar e se vendem para obter renda.

A exploração sexual em Laranjal do Jari é uma questão histórico-cultural, um crime que já se confirmava através da formação do município, a relevância na formação das famílias, na qual muitas mães precoces tiveram seus filhos, os quais também foram mães muito cedo, essa alternativa de sobrevivência irá influenciar diretamente na questão cultural, isto é, herança de mãe pra filha, esta mercantilização do sexo implicou num considerável aspecto, a imagem de Laranjal do Jari já se tornou estigmatizado historicamente.

Muitos pesquisadores abordaram a problemática da violência, da exploração sexual e da pobreza em geral no município. Os mesmos revelam que muitos indivíduos optaram por serem profissionais do sexo porque a profissão lhes oferecia um fascínio. Com relação a criança, ela por si só já é curiosa, e o meio familiar ao qual pertence, passa a estimular sua curiosidade, principalmente sendo filha de prostituta, e uma vez aguçada, se sente seduzida pelo o que observa, se seu ambiente lhes favorece esta configuração, obviamente que se sentirá curiosa pela questão do prazer do sexo. Isso é apenas um dos motivos para que uma criança entre para este mundo.

3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

3.1 QUESTÃO FAMILIAR: VÍNCULO COM A MÁ SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Os estudos anteriores realizados por especialistas na área de antropologia revelam aspectos sobre os povos e suas culturas, mostrando-nos as evoluções de diversas sociedades no decorrer do tempo. Se a sociedade evolui, a família também se modifica através do tempo.

O francês Philippe Ariès (1981) elabora um rico estudo de análise do Antigo Regime, apresentando uma descrição do surgimento da família nuclear compostas por pessoas aparentadas que vivem geralmente na mesma casa, como pai, mãe e filhos. Têm-se a família “nuclear”, “normal” composta por pai, mãe e filhos. Alguns outros autores analisaram acerca da família em diversos outros períodos. Com relação ao âmbito do problema dentro da família, ele está ligado ao posicionamento das crianças como “propriedade” dos pais e a situação econômica das mulheres dentro da família. Não se pode mudar a instituição familiar, isto implicaria na modificação de rígidos papéis em toda sociedade, principalmente familiar. Já com as crianças, o Estado e a sociedade lhes impõem normas especialmente educacionais para que seus familiares a cumpram em prol da própria criança.

Assim, a família é uma instituição social que muda lentamente através da história nas formas e finalidades, desenvolvendo a sociabilidade dos indivíduos no período da infância e da adolescência. Existem outras formas de famílias ditas como “originais” que possuem características diferenciadas das formas tradicionais: a família “de participação” onde homens e mulheres possuem os mesmos direitos e oportunidades; a família “experimental” que consiste na coabitação por um período, onde sua legalização passa a existir a partir do primeiro filho e a família baseada na “união livre” no qual os cônjuges ficariam unidos devido ao afeto existente entre o casal. Assim, existem outras formas de família que procuram se relacionar, segundo as suas necessidades, seja qual for a idade, sexo e raça.

A organização da vida familiar depende do que a sociedade, através de seus usos e costumes espera de seus membros. Sendo através da família que o Estado exerce um controle sobre seus indivíduos, por possuir todos os mecanismos sociais. A importância da família na vida do indivíduo é essencial, por ter forte influência em sua formação, sendo que, é a partir dela que ele pode adquirir os primeiros conceitos para a construção de seu caráter.

O trabalho de Engels (1997) procurou privilegiar a questão do desenvolvimento da história da família, desde o estado selvagem, passando pela barbárie até a civilização. Para o autor, o fator importante da história é a produção e reprodução da vida, o desenvolvimento de

todos os ramos de produção de existência como: alimentos, vestimentas, abrigo, instrumentos de trabalho etc., como também a propagação da espécie. Nos seus estudos, a sociedade teria passado da promiscuidade para o casamento grupal e depois para o matriarcado, conforme a evolução da história, atingindo o patriarcado apenas com o advento da propriedade privada dos meios de produção.

Nasce então, a família monogâmica. Os primeiros indícios de uma civilização aconteceu no período de transição entre a fase média e a fase superior da barbárie. Diferente da sindiásmica⁴ por ser sólida em laços conjugais, sendo ao homem concedido o direito à paternidade, à infidelidade conjugal à medida que se evolui a sociedade. Contudo, somente à mulher é reservada a monogamia, guardando a castidade, a fidelidade conjugal, limitando e reprimindo a sexualidade feminina junto ao grupo, sendo a mãe de filhos legítimos, garantindo assim a transmissão de herança, protegendo suas propriedades. Essas são características próprias da família individual e consigo veio a transformação econômica da sociedade (ENGELS, 1997, pp. 10 - 70).

Com a evolução da sociedade e a estrutura sólida da família individual com o seu trabalho, ela prospera e obtém um excedente de riqueza que se acumula e tudo isso gera uma propriedade particular da mesma. Esta família monogâmica, segundo Engels, foi baseada em condições econômicas e que surgiu da supremacia de um sexo sobre o outro, mas ele insistia em dizer que quando todos os bens e meios de produção passassem a ser propriedade comum, se tornariam uma indústria social, a sociedade abarcaria não só a economia como também a educação (ENGELS, 1997, pp. 65 - 80).

Áries (1981) demonstra sua genealogia sobre a família, é claro, não só dela, explorando-a como um todo, principalmente sua evolução perante a sociedade. Já Engels (1997) interessou-se pelas pesquisas de Morgan, em especial as grandes descobertas de elementos probatórios que lhes permitiu expor o surgimento da família, entre outras descobertas que marcaram o evolucionismo da história, e não menos importante, a civilização e com ela todos os seus males.

O desenvolvimento da sociedade através da história obteve suas mazelas como a não distribuição igualitária da renda, assim como, a violência, a indigência, a prostituição através da pobreza, deixando a instituição familiar vulnerável. O relacionamento de uma família que

⁴ As uniões por casal, por um tempo mais ou menos longo, faziam-se já sob o regime do casamento por grupos, ou mesmo mais cedo; o homem tinha uma mulher principal (não podemos dizer uma mulher favorita) entre o número das suas mulheres, e era para ela o esposo principal entre os outros. Extraído do site: A família sindiásmica – Biblioteca. A Família sindiásmica. Engels. As uniões...//www.peo.org.br/biblioteca/mulher/familiasindiasmica.htm-9k. Acesso em: 23/03/2011. In.: Engels, Friedrich: **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. P. 30 – 31. Ring Verlag, Zurich (ed. al).

está envolvida diretamente com exploração sexual, ou seja, que possui parente neste meio, geralmente se encontra numa situação socioeconômica baixa e por estarem nesta posição, os indivíduos procuram outras oportunidades, logo o meio mais fácil é se prostituir. Neste âmbito de convivência familiar abre um aspecto que a juíza de direito, a Dra. Michele Costa Farias⁵ ressalta:

Este tipo de crime, eu acredito que a origem dele seja a questão econômica – financeira das famílias e também aqui em Laranjal do Jari a gente tem, eu penso que existe um elemento cultural também, porque muitas famílias passam de geração em geração a prostituição, a mãe era prostituta, a filha vira prostituta e se não for feito nada, se o poder público não tomar uma atitude pra quebrar essa cadeia as outras gerações também serão prostitutas. Porque aqui as pessoas, as mulheres desde criança, elas aprendem que o corpo delas pode ser usado como mercadoria, elas podem sobreviver disso (MICHELLE COSTA FARIAS, Juíza de direito, responsável pela Vara da Infância e Juventude do Município de Laranjal do Jari).

Apesar de muitos casos existentes de prostituição em Laranjal do Jarí, a Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude, Dr^a. Michele Costa Farias alerta para um ponto relevante, apesar da Vara de Infância não possuir um levantamento quantitativo sobre a violência sexual, a sua vivência de trabalho no município observou-se uma grande incidência da prostituição infanto-juvenil.

Assim, servidores do Fórum de Laranjal do Jari das 1^a e a 2^a Varas de Competência Geral, as quais respondem respectivamente como Chefes de Secretaria, Lairtes Mara Barreto Moreira e Francisco Geovane Mendonça informam que, a incidência dos processos sobre violência sexual é em média apenas 15% de exploração sexual comercial que chegam ao Fórum de Laranjal do Jari e revelam que muitos não fazem a denúncia por medo ou acomodamento por parte da família ou por parte da pessoa explorada.

As entrevistas realizadas com profissionais do sexo, logo uma categoria classificada pela Previdência Social, onde tais profissionais podem solicitar seus benefícios permitidos pelo Governo Federal⁶. Segundo as palavras da juíza de direito, são indivíduos que desde aproximadamente 10 anos de idade tiveram seu início atuando na área do sexo, isto é, desde criança se envolveram no campo da prostituição. Mas é interessante ressaltar que a família de Laranjal, no decorrer de sua história, foi-se tornando um espaço de inserção de indivíduos na problemática.

⁵ Dra. Michele Costa Farias, juíza de direito e atualmente responsável pelo Fórum do Município de Laranjal do Jari – Ap, atuando na 1^a e 2^a Vara da Infância e Juventude do município.

⁶ Reportagem exibida pela Rede Globo de Televisão no dia 30/03/2011, especificamente no Jornal Hoje, exibindo a reportagem sobre os benefícios que a Previdência social concede a categoria dos Profissionais do sexo.

Ressalta-se esta afirmação através do registro de entrevista realizada no dia 08 de dezembro de 2010:

Loly (nome de guerra), com 16 anos de idade não fala sobre seus pais, cursou até a 7ª série, nasceu em Laranjal do Jari, esta envolvida com a profissão de prostituta há 6 anos. Segundo Loly: “Nem sempre eu vou pra casa, não gosto de falar da minha vida, porque quando a gente era criança o nosso pai batia muito em nós”. Esse foi o grande motivo para a gente sair de casa. Ele encostava cigarro aceso no peito de minha irmã e batia muito em nós. Nem sempre nesta profissão se tem amizade, eu me sinto um lixo, eu comecei com 10 anos (LOLY, 16 anos, prostituta).

Pode-se identificar que a história de Loly é compatível a outras histórias do grupo, as quais expressam a exploração sexual infantil, sofrimento, violência, pobreza e indignação por não se sentirem capaz de mudarem. Bebelô revela que teve início na profissão de prostituta na sua de pré-adolescente:

Com 37 anos, só estudou até a 3ª série, natural do Maranhão, há uns 24 anos está envolvida nesta situação, trabalhando em boate como prostituta. Bebelô (nome de guerra) revela que se sente ótima no ato sexual, mas que sonha sair desse negócio, “às vezes a gente arruma alguma coisa pra morar e aí nunca ninguém tá do lado da gente né, espera sair duma coisa pra melhor né”. (Ela aparentava estar embriagada e drogada, ao fundo da boate havia uma música de brega antiga. Tudo ocorreu no seu setor de trabalho sob supervisão da dona do Cabaré) (BEBELÔ, 37 anos, prostituta).

Ao analisar a entrevista da prostituta Bebelô, pode-se detalhar a exploração sexual comercial definida também através das ações reveladas no seu ambiente de trabalho, pois a situação que a prostituta demonstra é a submissão que tem para com o responsável do prostíbulo. Outra confirmação de que a prostituição em Laranjal do Jari tem idade e cara de criança é revelada por Patricinha:

Patricinha (nome de guerra) tem 32 anos de idade, já atua desde os 12 anos na profissão de prostituta, cursou até a 3ª série, nasceu em Laranjal do Jari. Segundo Patricinha: “Não sinto nada, faço apenas pelo dinheiro” (PATRICINHA, 32 anos, prostituta).

Observa-se que as entrevistadas revelaram a necessidade do grupo, ou seja, a necessidade financeira, pois tanto a sociedade quanto o grupo em especial apontam desigualdades em termos sócio-econômicos que libera passagem à prática da prostituição, à exploração e a violência sexual.

3.2 ASPECTOS CONCEITUAIS GERAIS SOBRE VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.2.1 - Conceito sobre violência

A violência sempre esteve presente no cotidiano de crianças e adolescentes no seio da sociedade. A forma de abordagem tem grande importância quando associada às especificidades dominantes em cada época e em cada sociedade. Os conceitos a respeito da violência contra a criança se distinguem entre violência contra a criança no ambiente doméstico, na sociedade e nas instituições. Dessa forma se expressam as várias formas de violência: síndrome da criança espancada, abuso emocional, físico e sexual, exploração econômica, negligência, abandono, etc. Iremos abordar no âmbito social a exploração sexual econômica, antes de tudo os conceitos serão relevantes para esclarecimentos na pesquisa.

Em um sentido etimológico, Rios (2005, p. 547) ressalta que a palavra violência, significa:

(...) qualidade ou caráter do que é violento; abuso da força; tirania, opressão; veemência; ação violenta; constrangimento físico ou moral; qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência da pessoa ou coisa; coação⁷.

Chauí (2006) especifica amplamente sobre a violência:

(...) a palavra violência vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constringer, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2006, pp. 341-342).

Chauí (2006) descreve cinco definições sobre violência, sendo um rótulo social que tende a propagar-se devido à desigualdade social. Este tema tornou-se uma preocupação no âmbito da sociedade civil, leiga e universitária pela sua disseminação e pelo seu aumento nos últimos tempos.

A pobreza extrema vivida pela maior parte da sociedade as exclui das políticas públicas, fato ressaltado por estudiosos. Assim, a violência assume diferentes feições, podendo estas serem inibidas através das execuções das leis. Uma dessas feições é a quinta definição dada pela autora que ressalta, especificamente, a violência sexual onde pode assumir uma definição conforme a utilização da instituição, podendo ocorrer em ambientes já citados acima.

Importante ressaltar a diferenciação que Azevedo (2009) expõe sobre violência:

[...] é necessário distinguir entre violência e agressão: a primeira existe no domínio da cultura e a segunda no domínio da natureza. Isso significa reconhecer que toda

⁷ Conceito extraído do mini dicionário escolar da língua portuguesa / Dermival Ribeiro Rios – São Paulo: DCL, 2005.

violência é social, histórica e, portanto, capaz de ser controlada e erradicada caso haja vontade política para tal (AZEVEDO, 2009, p. 43).

Interessante a diferenciação que Azevedo (2009) cita, pois o sentido do conceito sobre violência em Laranjal do Jari está diretamente relacionado na contextualização da formação de sua sociedade, onde os fatores sociais influenciaram para o surgimento do problema, logo a autora revela que a criminalidade é “[...] uma construção do homem [...]” (AZEVEDO, 2009, p. 44).

Para os especialistas envolvidos com a problemática da violência, esta diferenciação amplia o conhecimento e as possibilidades ao combate do crime.

3.3 DEFINIÇÃO TEÓRICA DAS MODALIDADES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO NA REALIDADE BRASILEIRA

Durante todo o percurso da história da humanidade o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é muito antigo. Observa-se que na atualidade esse fenômeno encontra-se mais evidente. Entre as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes, a exploração sexual comercial (ESCCA) é menos evidenciada do que o abuso sexual. Sobre ela constrói-se um discurso de naturalização (ALBERTO, 2010, p. 43). No decorrer das várias mudanças da história da humanidade, a prostituição foi sendo vista conforme cada processo de mudança da sociedade.

Na Antiguidade, era o matriarcado que prevalecia. As mulheres estavam no centro de toda a atividade social. O sexo tinha um caráter sagrado, era o elo do divino com o humano. Quando o patriarcado assumiu o domínio sobre os territórios matriarcais, começou a história da prostituição, em que as mulheres sacerdotisas do templo eram, ao mesmo tempo, sagradas e profanas, as primeiras prostitutas da história (ROBERTS, 1998. citado por ALBERTO, 2010, p. 44).

Os autores denotam que a partir do domínio patriarcal deu-se a origem da prostituição. Na antiguidade a contemplação para com as mulheres era exercida, segundo os autores de forma profana e sagrada, foram consideradas as primeiras prostitutas da história. Observa-se que cada processo histórico havia uma forma de se encarar a prostituta:

A prostituição foi encarada de várias formas ao longo da história, em decorrência do momento político em que se encontrava. No período greco-romano, a prostituta assumiu um papel estético e político. Eram as prostitutas que detinham o conhecimento intelectual. Com o advento do cristianismo, qualquer manifestação de sexualidade das mulheres era considerada promiscuidade e devassidão. As prostitutas carregavam consigo o estigma do pecado. Mas eram consideradas um mal necessário. Uma espécie de dreno do efluente sexual masculino que o impedia de elevar-se ao nível de Deus. No feudalismo, com o crescimento dos centros

comerciais urbanos, aumentou o número de mulheres a se prostituir para o sustento das famílias (ROBERTS, 1998, citado por ALBERTO, 2010, p. 44).

Um momento interessante do processo histórico foi o início da repressão. O cristianismo revelou-se uma religião que estigmatizava as prostitutas, condenando-as ao pecado, mas segundo os autores, eram consideradas um mal necessário. Assim no decorrer da história da humanidade, entre outros fatos mencionados pelos autores, a evolução histórica permite que todo o processo da humanidade evolua consigo. Neste caso, a prostituição teve sua evolução necessária.

No caso de crianças e adolescentes do sexo feminino, a violência sexual também contempla uma dimensão histórica. Sobre isso, Roberts (1998) menciona a existência, nos séculos XVI, XVII e XIX, de bordéis que forneciam aos ricos crianças entre 7 e 14 anos para diversas práticas sexuais (ROBERTS, 1998; citado por ALBERTO, 2010, p. 43).

Neste momento, as práticas sexuais comerciais com crianças já se concretizavam, o uso do corpo de uma criança para o comércio e outras práticas sexuais foi sendo definido no contexto histórico da humanidade.

Apesar de a exploração sexual de crianças e adolescentes existir desde a Antiguidade, só a partir da década de 1990 é que se intensificou o interesse por uma maior mobilização para o seu enfrentamento. Em âmbito mundial, a realização dos congressos mundiais contra exploração sexual comercial de crianças, em Estocolmo, em 1996, e o de Yokohama, em 2001, foram marcos significativos, internacionalmente, na luta em defesa de crianças e de adolescentes vitimadas pela violência sexual (ALBERTO, 2010, p. 44).

Pode-se observar que além de Alberto (2010), Veras (2007) também ressaltou a Agenda de Estocolmo como sendo um fato revelado pelas lutas de benefícios e, principalmente proteção infantojuvenil, onde países assumem em prol das crianças e dos adolescentes compromissos benéficos de proteção aos mesmos.

O primeiro Congresso foi um grande marco, contou com a participação de um grande número de países, ocasião em que se discutiram as questões teórico-conceituais, passando-se a adotar o termo “exploração sexual comercial de crianças e adolescentes” (ESCCA) em vez de prostituição infantil. O segundo congresso ampliou o compromisso político dos países para a implantação da Agenda para a Ação (ALBERTO, 2010, pp. 44 - 45).

Muitos estudiosos recitam que a exploração sexual infantojuvenil está relacionada a venda de práticas sexuais realizadas por crianças e adolescentes a terceiros. Thaísa Veras⁸, mestre em administração pública, demonstra a definição sobre exploração sexual infantojuvenil produzida pela “Agenda de Estocolmo”:

⁸ Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FVG, instituição: Rio de Janeiro Refrescos (Fábrica da Coca-cola no Rio de Janeiro).

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma violação fundamental aos direitos. Abrange o abuso sexual por parte do adulto, e remuneração em dinheiro ou em espécie para criança/adolescente ou para um terceiro ou para ou várias pessoas. A criança ou adolescente é tratada como objeto sexual ou mercadoria. A exploração sexual constitui uma forma de coerção e violência contra a infância e a adolescência, equivale a trabalho forçado e constitui uma forma contemporânea de escravidão (OIT/PEC- Programa de prevenção e eliminação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na tríplice fronteira Argentina/Brasil/Paraguai, 2007, citado por VERAS, Thaisa. 2008, p. 406).

Pode-se observar a conotação de mercado relacionado ao sexo, onde a criança e o adolescente são tratados como mercadoria de prazer sexual. Este mercado é diversificado e a exploração sexual ocorre de diversas formas, sendo compreendida neste estudo através de algumas modalidades: a Exploração Sexual Infantil propriamente dita, a Prostituição Infantil e o Turismo Sexual.

3.3.1 - Exploração sexual infantil

A Exploração sexual infantil é definida em linhas gerais como uma violência específica, direcionada contra a criança e o adolescente. Observa-se que a citação de Gabriela Cabral, pertencente à Brasil Escola, pontua as conseqüências de tal exploração, como a pobreza e a violência:

Exploração sexual é um termo empregado para nomear práticas sexuais pelas quais o indivíduo obtém lucros. Ocorre principalmente como conseqüência da pobreza e violência doméstica, que faz jovens, crianças e adolescentes fugirem de seus lares e se refugiarem em locais que os exploram em troca de moradia. Acontece em redes de prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual (GABRIELA CABRAL, [2008?], p. 01).

A contextualização da autora define um espaço, o município de Laranjal do Jari, o qual é citado por ser um local violento e pobre. Com esses aspectos, observa-se que a prática da exploração sexual infantil na comunidade local vem crescendo consideravelmente na região.

“A exploração sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno que tem raízes na estrutura social, nos aspectos culturais, psicossociais e jurídicos” (LIBÓRIO, 2003; FALEIROS, 2000; LEAL, 1999; citado por ALBERTO, 2010, p. 47). Conforme ocorrera a Laranjal do Jari, onde o fenômeno da violência e o comércio sexual foram pontuados por muitos moradores do município, e muitos pesquisadores demonstram através de seus trabalhos que este fenômeno se encontra desde as raízes da história do município de Laranjal do Jari.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes deriva da prostituição infantil, onde tal fenômeno é descrito em várias partes do mundo como uma relação de mercantilização. Observa-se a intitulação, comercial, isso se conota o comércio, o uso e o abuso do corpo de crianças ou adolescentes para estimulação sexual de adultos, onde esses exploradores sexuais que as usam não têm afinidade com as mesmas.

Uma análise da modalidade detalha algumas características de comércio como a venda, que é a oferta, a demanda, ou seja, a procura pelo uso e pela exploração infanto-juvenil. Segundo a instituição Centro Regional aos Maus - tratos na infância (CRAMI) (SCHECHTER e ROBERG 1976 citado por FURNISS, 1993):

(...) a exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos desenvolvimentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares, acrescentando: “e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso” (SCHECHTER e ROBERG 1976 citado por FURNISS, 1993 in CRAMI, 2005, p. 17).

Deve-se também considerar o fascínio que esta atividade exerce sobre alguns ou algumas adolescentes. A atividade sexual comercial, além de se apresentar como alternativa de sobrevivência implica nas relações psicossociais e culturais destas crianças e adolescentes no meio familiar e social em que estão inseridas.

Os aspectos das atividades sexuais, como a exploração sexual infantil foi identificada em Laranjal do Jari através das entrevistas nas quais as entrevistadas confirmam através dos seus primeiros passos foram a partir dos 10 anos outras começaram aos 12 anos na profissão como Loly, uma profissional do sexo que teve o seu início aos 12 anos confirmado em nossas entrevistas.

3.3.2 - Prostituição infantil

Sabe-se que a sociedade ainda enfrenta graves problemas a respeito da Prostituição Infantil. Uma modalidade que gera a exploração sexual infantil. A prostituição infantil gera meios lucrativos através de um livre comércio de renda fácil e que existem indivíduos que lucram através da dificuldade alheia.

O município de Laranjal do Jari possui crianças em estado de vulnerabilidade, onde estão presentes em bares, principalmente dos prostíbulos, isso traz uma visão de ausência de políticas públicas ao município. Nas entrevistas realizadas no trabalho em campo, se observou entre as entrevistadas não admitem serem chamadas de prostitutas por ser algo para elas,

extremamente estigmatizante. Um ponto estudado por Goffman (2008) é o estigma que o indivíduo possui e, por isso, reserva, ou seja, não revelando à outros que vive uma vida dupla:

O autor mostra o espaço reservado e ocupado pelas prostitutas:

Essa divisão do mundo do indivíduo em lugares públicos, proibidos, e lugares retirados, estabelece o preço que se paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser reconhecido ou não, quaisquer que sejam as estratégias de informação escolhidas (GOFFMAN, 2008, p. 94).

Observa-se que, o grupo das prostitutas prefere ocultar o que as definem por ser auto-estigmatizante para a classe, isso gera segundo o autor uma seqüência de informações a respeito das mesmas.

3.3.3 - Turismo sexual

O turismo vem se expandindo e que segundo estudiosos esta modalidade descende da exploração sexual, por esse motivo tem-se característica do mesmo, como por exemplo, o comércio, crianças envolvidas, explorador, preconceito, vítimas, entre outras palavras que contextualizam o crime.

O turismo sexual é um inimigo complexo. Tradicionalmente se manifesta em regiões onde existem, de forma conjugada, atividade turística e populações carentes. Nem sempre é crime, só que quando envolve menores de idade e redes de exploração da prostituição. Mas, ocorrendo ou não em modalidades passíveis de punição na justiça, a prática traz conseqüências nefastas para os locais onde se instala. Estigmatiza essas áreas como paraísos sexuais, reduz a demanda turística de outros tipos e, diversas vezes, está ligada a práticas ilícitas como tráfico internacional de pessoas e tráfico de drogas (BRANCO, [2009?], p. 01).

O turismo sexual é a exploração de pessoas de um determinado local sofrida por visitantes de outra localidade, como por exemplo, outra cidade, outro município, e Laranjal do

O município de Laranjal do Jari, na visão do outro, possui a característica de “o paraíso do sexo”, segundo informações de viajantes e moradores de outras localidades próximas. O interessado pelo sexo pode viajar atrás do mesmo em busca do prazer proporcionado. Há menores e maiores de idade de ambos os sexos envolvidos na prática, mas as meninas e mulheres são mais freqüentemente a mercadoria desse comércio lucrativo. Os pobres buscam aceitar qualquer quantia em espécie para suprir suas necessidades básicas através do turismo sexual.

A propaganda boca a boca passa as informações gerais deste a respeito do grupo dentro e fora de Laranjal do Jari, aonde muitos indivíduos chegam à comunidade com o interesse de legitimar e, principalmente buscando suprir suas necessidades sexuais.

A concepção adotada é a de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, desta forma, se considera a lei o instrumento de combate à violação de direitos, através da regulação e coibição à violência praticada pelo violador e pela sociedade.

Entende-se que a lei oferece condições objetivas para que a sociedade possa avaliar a efetividade ou a impunidade da ação legal e governamental, em relação ao enfrentamento, combate e prevenção da violência sexual.

Nestes termos, articular a noção de direitos x violação sexual possibilita a delimitação do público alvo das políticas sociais para a viabilização da prevenção, proteção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente, conforme prevê o ECA e a legislação internacional, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Diante da complexidade do fenômeno os pesquisadores e profissionais devem fazer um esforço para dar à análise e à intervenção, direções mais claras, incluindo os vários aspectos da problemática, pois a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes não se coloca apenas como um problema econômico, mas como uma questão cultural e política da sociedade, ou seja, sua visão e exercício da sexualidade. Nesta relação estão implicados os valores e desejos de indivíduos, socialmente construídos, numa sociedade machista e consumista de imagens do corpo da mulher como objeto sexual.

Diante da situação de marginalização social e econômica em que o nosso país se encontra, portanto, parece bastante relevante o estudo de um fenômeno que é definido *a priori* como uma situação em que a desigualdade econômica está diretamente relacionada má distribuição de renda. Em situação de pobreza, o número de pessoas e famílias, distribuídas em toda a região do país, em áreas urbanas e rurais, a distância existente entre os mais pobres dos mais ricos e várias formas que a pobreza assume, com isso torna-se mais difícil e complexo o diagnóstico preciso das situações de pobreza e, principalmente como combatê-las. Em Laranjal do Jarí a situação econômica das famílias é de baixa renda, outros se encontram em situação de miséria, forçando a escolher o mais fácil meio de se obter renda, e o município é propício a isto, existe uma alta probabilidade de crianças e adolescentes seguir a rota da prostituição, e o ambiente corresponde a estes estímulos, além dos vários ambientes de prostíbulos na sociedade de Laranjal do Jari.

3.4 APARELHOS INSTITUCIONAIS: A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

3.4.1 - Políticas Públicas

Atualmente, frente ao contexto social, o Brasil procura implantar políticas públicas para a devida proteção e prevenção da vida dos pequenos brasileiros, em especial aqueles que se encontram explorados sexualmente. Muitos estudiosos procuram focar as questões sociais, principalmente o impacto causado na vida dessas crianças e adolescentes. Neste sentido, estudo da Declaração dos Direitos Humanos demonstra a grande distância existente na aplicação prática de elementos básicos e especialmente fundamentais para que se possa conceder a essas crianças um mínimo de dignidade.

Agindo em conjunto e dispondo de uma política social, a qual permita dispor de todos os parâmetros existentes, ou seja, do conjunto de leis que envolvem instituições, políticas específicas e programas criados pelo Poder Público, os quais são destinados principalmente garantir e promover os direitos sociais dos cidadãos pode-se dar o mínimo de dignidade a essas pessoas. Assim, Höfling⁹ (2001) demonstra o conceito de políticas sociais:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001, p. 31).

Aqui, a autora conceitua especificamente as políticas sociais como sendo ações. O Estado tende a executar tais ações que projetadas referem-se a certos tipos de proteção social como, a educação, a saúde, a previdência, habitação e saneamento. Mas o Estado está preparado para este tipo de ação? Os aspectos sociais da comunidade de Laranjal sugerem necessitar todos os benefícios sociais, isto é, a todas as políticas sociais que possibilitem diminuir as desigualdades que estão expostas nas infraestruturas e nos aspectos sociais gerais da comunidade. Sabe-se que tal comunidade exprime suas necessidades, mas percebe-se a ausência de um estudo no âmbito social da localidade para que se possibilitem a construção de políticas públicas sociais voltadas especificamente para o município, programas e projetos voltados aos conflitos da sociedade de Laranjal. Portanto, a comunidade precisa fortalecer o seu papel, principalmente o poder que a localidade representa, podendo enfrentar os

⁹ Professora Doutora do Departamento de Metodologia de Ensino (Deme) da Faculdade de Educação da Unicamp.

problemas locais como, o desemprego, a exclusão social, problemas com o saneamento básico.

Segundo a Constituição, o Artigo 204, Parágrafo II, implica dizer que, a comunidade também deverá opinar e indicar às necessidades da população. Isso demonstra a participação da sociedade nas formulações das políticas sociais e nos controles das ações em todos os níveis. E a comunidade realmente conhece seus direitos? Aqui, é o primeiro passo que a comunidade de Laranjal do Jarí pode dar, participando na disposição geral para formulação de uma política de ação em benefício dos moradores da comunidade.

Um dos passos importantes, de acordo com o Delegado de Polícia Civil do Laranjal do Jari, Dante Ferreira é a formulação de uma política pública para compor a identificação do problema e suas causas, em seguida, é estabelecer as metas e definir os programas e onde serão inclusos os projetos elaborados especificamente para cada área de atuação, principalmente em prol das pessoas exploradas sexualmente. Com isso, segundo a Juíza de direito da Vara da Infância e Juventude do município de Laranjal do Jarí a Dr^a. Michele Costa Farias em sua entrevista diz que a melhor opção seria que o poder público oferecesse oportunidades como os cursos profissionalizantes para essas jovens, além de muitas campanhas de alertas para que elas não se vejam como mercadorias.

Um segundo passo a seguir seria uma elaboração das atividades a serem desenvolvidas em cada um dos projetos e alocações dos recursos humanos e financeiros, com os quais o projeto será desenvolvido. Neste âmbito, o Fórum de Laranjal do Jari atua com responsabilidade exercendo e efetivando projetos que auxiliam e direcionam crianças e adolescentes para o mercado de trabalho.

Segundo Gleidson Abud¹⁰, o Fórum de Laranjal do Jari realiza um projeto que teve seu início no ano de 2008, o “Projeto de Inclusão Digital” que em convênio com a Assembléia Legislativa do município ocasionam as oportunidades aos grupos infanto-juvenis. O objetivo do projeto é tirar crianças e adolescentes da exclusão digital e das ruas envolvendo-os nas várias disciplinas, além das aulas de informática como também aulas de português, matemática, fornecendo-os lanches que, impreterivelmente incentiva os alunos vulneráveis a permanecerem e a concluírem os cursos do projeto.

Atualmente, com novas eleições e, é claro, novos gestores, a Assembléia Legislativa retomará os convênios firmados para com o Fórum do município somente a partir do mês de

¹⁰ Gleidson Abud, Chefe de Secretaria da Vara da Infância e Juventude do Fórum do município de Laranjal do Jari.

Abril de 2011, obviamente, que os projetos existentes encontram-se estagnados por falta de verbas.

É nesta linha de pensamento, além das atividades normativas de cada instituição que órgãos desenvolvem juntamente a outros como, o Conselho Tutelar, a Vara da Infância e Juventude, a Delegacia da Infância e Juventude e o Centro de referência especializado de assistência social (CREAS) com o objetivo de dar prioridade na execução de políticas direcionadas ao público infanto-juvenil que realizará ações de enfrentamento a prostituição, a exploração sexual infantil formando cidadãos.

3.4.2 - Conselho Tutelar

Para que se tenham os direitos garantidos citados no Estatuto, foram também criadas as instâncias fiscalizadoras, com específica função de acompanhar de perto os problemas vividos pela comunidade, função esta de analisar casos que possam infringir as leis do Estatuto, evitando que estes precisem chegar às mãos da justiça. Assim surgiram os Conselhos Tutelares (CT's), sediados nos município de todos os estados no Brasil.



Figura 11 , Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari – Ap
Fonte: foto 11, trabalho de campo

Os Conselhos Tutelares são órgãos municipais, permanentes e autônomos, não jurisdicional, ou seja, não revestido de poder para fazer cumprir determinações legais ou punir quem as infrinja. Contudo, sua responsabilidade está em supervisionar se os direitos previstos

no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estão sendo cumpridos, ou seja, sua função social consiste no zelo pelo cumprimento dos direitos da infância e da adolescência, definidos pelo ECA. Sua competência e organização estão previstas no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 131 a 140.

Em cada município brasileiro deverá existir no mínimo um Conselho Tutelar, constituído por cinco Conselheiros, escolhidos pela comunidade para um mandato de 03 anos, que são os principais responsáveis para fazer valer esses direitos e dar os encaminhamentos necessários para a solução dos problemas referentes à infância e adolescência.

São regidas as atribuições dos conselheiros pelo ECA, especificamente, no Capítulo II do Título V, os quais se pode citar: atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas no estatuto; atender e aconselhar os pais ou responsáveis; promover a execução das decisões advindas de sua alçada; representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência. Podem ser encaminhados para o Conselho Tutelar casos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que tenham como vítimas crianças ou adolescentes.

Ao receber a denúncia de que alguma criança ou adolescentes está tendo seu direito violado, o Conselho Tutelar passa a acompanhar o caso para definir a melhor forma de resolver o problema. Cabendo também ao Conselho Tutelar atender pais ou responsáveis que encontram-se em situação de ameaça ou violação de seus direitos. O Conselho sendo um órgão da sociedade dividirá com o Estado e a família a responsabilidade na execução da política de atendimento social da criança e do adolescente.

Por exemplo, se os pais de uma criança ou adolescente não encontram vagas para seus filhos na escola, ou ainda, se a criança ou adolescente estiver precisando de algum tratamento de saúde e não for atendido, o Conselho Tutelar pode ser procurado. Nesses casos, o Conselho tem o poder de requisitar que os serviços públicos atendam a essas necessidades. Requisitar, aqui, não é mera solicitação, mas é a determinação para que o serviço público execute o atendimento. Caso as requisições não sejam cumpridas, o Conselho Tutelar encaminhará o caso ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências jurídicas.

Tais atividades do CT equiparam-se a um órgão jurisdicional. Segundo Nascimento e Scheinvar (2007), o CT é um órgão vinculado ao movimento social, mas o seu funcionamento e seus discursos encontram-se permeados aos procedimentos do poder judiciário. No entanto, os procedimentos, as formas de leis acabam sendo adotadas até mesmo por setores não

jurisdicionais, sem a percepção de se submeterem ao judiciário, acabam por si só absorvendo tais formas e adequando-as às suas atividades.

Outro aspecto é ressaltado por Fediuk [2008?] no que diz respeito às estatísticas:

A falta de estatísticas demonstra o quanto o Brasil e seus governantes precisam avançar na compreensão da seriedade e da gravidade que estes crimes significam para os cidadãos, pois a ausência de estatísticas provoca falha na elaboração das políticas públicas. E, conseqüentemente nas ações preventivas e curativas que precisam ser implementadas com urgência, pois a falta de estatísticas oficiais não diminui o sofrimento e as conseqüências deste tipo de violência (FEDIUK, Marínea Maria. [2008?], p. 01)

Neste parâmetro, no município de Laranjal do Jarí, não constam dados anteriores que possam confirmar o surgimento do órgão, e nem estatísticas anteriores, isto é, um banco de dados que possibilitem estudos aprofundados sobre as denúncias feitas ao órgão, que poderiam determinar os vários tipos de violências e as áreas de maior ocorrência, mas a ausência dos mesmos, outras instituições não conseguem elaborar programas e projetos preventivos que poderiam amenizar as problemáticas existentes no município.

São importantes as ações preventivas, mas para que se obtenham resultados satisfatórios, segundo a autora, necessita-se de estatísticas oficiais, para que esses dados excitam medidas públicas no sentido de prevenir e reprimir a toda e qualquer violência sexual contra a criança e o adolescente. Segundo alguns dados registrados na estatística a partir de 2008, eles revelam uma comunidade ainda muito tímida em denunciar casos de violência sexual contra criança e adolescentes. Mas analisando as estatísticas registradas no período de 2008 a Junho de 2010, as denúncias foram aumentando gradativamente a cada

Tabela 1 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2008



Estado do Amapá
Município de Laranjal do Jari

CONSELHO TUTELAR

Atendimento a Criança e ao Adolescente
Avenida Tancredo Neves n°. 2412 bairro-agreste – Fone: 3621-1380



RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2008.

CASOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABANDONO	03	01	03	03	02	02	03	02	02	-	02	03
ABUSO SEXUAL	-	01	01	-	01	01	-	-	-	01	-	-
ALICIAMENTO	01	02	01	02	01	02	02	-	02	03	03	01
AGRESSAO FISICA	-	-	02	01	-	01	-	03	02	-	03	03
CONSTRANGIMENTO	01	-	02	02	01	02	-	02	02	02	-	-
DESOBEDIENCIA	-	02	04	04	03	04	05	05	08	06	10	01
ESCLARECIMENTO	05	06	06	07	08	06	04	06	04	04	10	06
FUGA	01	-	02	02	01	-	03	03	03	04	03	01
GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	-	-	02	01	-	-	-	-	01	01	01	-
ENCAMINHAMENTO DE GUARDAR (defensoria pública)	04	04	04	05	03	04	06	04	06	04	03	02
ENCAMINHAMENTO DE PENSÃO ALIMENTICIA (defensoria)	10	06	09	09	05	06	05	06	04	04	05	03
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA	02	04	03	02	02	03	02	04	03	04	03	02
MAUS TRATOS	06	02	04	04	05	04	07	03	05	03	01	02
PROTEÇÃO ESPECIFICA (abrigo e requisição de serviço público saúde, ed.)	06	08	10	06	04	05	04	05	04	06	03	02
NEGLIGENCIA	06	05	07	07	06	08	07	05	04	08	09	03
TERMO DE ADVERTENCIA	06	03	02	04	-	02	-	01	-	01	01	-
TERMO DE RESPONSABILIDADE	12	09	04	07	02	04	12	07	08	10	03	06
TOTAL REGISTRADO	63	53	66	66	44	54	60	56	58	61	60	35

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2008: 676
OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos ao Ministério Público, Defensoria Publica, Delegacia da Infância Juventude, acompanhamento mensal de alguns casos deferidos da Promotoria de Justiça e Delegacia.

Figura 13, quadro demonstrativo de casos de violência do ano de 2008 no município de Laranjal do Jari – Ap
 Fonte: Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari – Ap

Apresenta-se o demonstrativo referente ao ano de 2008, na tabela 01, o qual relata os casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari. Um ponto importante a ser ressaltado são os registros de proteção, portanto 63 registros de pedidos de proteção, onde fica implícito que o número de violência só aumenta, pois a proteção específica é o meio de proteção direta a criança e ao adolescente que se encontra em risco, isto é, os que sofrem

os maus tratos, a violência sexual, entre abusos, agressões, logo a medida de proteção embarga estes transtornos e as crianças e os adolescentes são levados para uma Casa de Apoio, ou seja, um abrigo de proteção ao menor.

A proteção específica tem como objetivo ajudar a criança e o adolescente que necessita de abrigo, requisição dos serviços na área da saúde, educação como solicitar matrícula, requisições estas solicitadas à Promotoria de Justiça que em 2008 foram 34 registros.

Observa-se um número considerável de encaminhamento de pensão alimentícia, somente aqueles que reagem à necessidade, procuram seus direitos. Os registros no Conselho Tutelar do município revelam a existência de 72 casos que podem ser de crianças sem pai ou talvez sem mãe.

Pode se verificar, na tabela 01 que o total de casos registrados no ano de 2008, é de 676 casos de violência sexual, alimentos, advertências, entre outros ocorridos em Laranjal do Jari.

A negligência, que é o descuido, o desleixo, não se encontra especificamente detalhada, mas os registros gerais de 2008 apresentaram 123 casos, sendo que, segundo Costa (2007) “o abandono é considerado o tipo mais grave de negligência familiar; conseqüentemente constitui um importante problema social” (COSTA, [2008?], p. 08), neste caso, foram 20 abandonos registrados.

O demonstrativo de 2009, isto é, a tabela 02, ressalta os casos registrados de proteção específica que foram mais que o dobro registrado em 2008, isto significa um aumento na proteção específica para crianças e adolescentes. Esta proteção específica da Instituição abrange os vários tipos de violência, casos como, a violência sexual, os maus tratos, o abandono, o aliciamento, a agressão física, entre outros.

Conforme a Tabela 01, os casos de fuga foram de 23 registros em 2008, podendo a criança ou o adolescente ter praticado este ato por maus tratos, abuso sexual ou negligência por parte da família. A Instituição ainda encontra-se despreparada para por dados especificamente detalhados. Isto demonstra que o Conselho Tutelar do município para obter uma base de trabalho fundamentado, precisará constar dados que possibilitem abranger todos os detalhes dos fatos registrados na instituição. Com isso, os relatos dos mesmos possibilitarão maior facilidade para um melhor tratamento direcionado a criança e ao adolescente. Assim, quadros demonstrativos mapeariam detalhadamente os casos com suas especificidades.

De acordo com os registros de abandono em 2008, constam 26 casos registrados, comparando-os aos da tabela 02, os casos são de apenas 20, é claro, houve uma diminuição em 6 registros. A instituição do município não detalha de quanto os casos são solucionados, apesar de que todos são direcionados as instituições específicas para resolução como, a Vara da Infância e Juventude, a Defensoria Pública e a Promotoria Pública.

Os detalhes da Tabela 02 no que se refere aos casos de abuso sexual foram 07 casos em 2009, houve um aumento de 02 registros a mais que o ano anterior. Mas, de acordo com os casos de constrangimento registrados na instituição em 2009 foram de 55, comparados a 2008, há uma diferença de 41, isto é, são 41 registros a mais de constrangimento em 2009.

Tabela 2 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2009

<div style="text-align: center;">  <p>Estado do Amapá Município de Laranjal do Jari</p> <p>CONSELHO TUTELAR Atendimento a Criança e ao Adolescente Avenida Tancredo Neves nº. 2412 bairro-agreste</p>  </div> <p style="text-align: center;">RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2009.</p>												
CASOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABANDONO	-	-	01	-	03	04	02	03	-	03	03	01
ABUSO SEXUAL	-	-	01	02	03	01	-	-	-	-	-	-
ALICIAMENTO	-	02	01	-	-	01	02	-	-	01	-	-
AGRESSÃO FÍSICA	01	01	-	02	03	04	02	04	02	02	01	-
CONSTRANGIMENTO	02	-	06	04	07	09	04	06	03	05	07	02
DESOBEDIÊNCIA	04	02	04	06	11	14	08	11	09	15	12	08
ESCLARECIMENTO	10	07	09	08	13	11	09	13	07	12	08	04
FUGA	05	01	05	04	06	05	02	04	04	03	03	03
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	01	-	-	01	02	01	02	03	-	03	02	-
ENCAMINHAMENTO DE GUARDAR (defensoria pública)	04	02	06	09	08	07	06	07	08	08	06	05
ENCAMINHAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA (defensoria)	04	02	04	06	09	13	07	12	09	12	10	05
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA	04	02	05	04	07	11	07	09	07	09	08	03
MAUS TRATOS	01	02	-	01	03	06	04	07	05	07	06	02
PROTEÇÃO ESPECÍFICA (abrigo e requisição de serviço público saúde, ed.)	11	05	27	20	24	17	12	11	17	14	16	11
NEGLIGÊNCIA	09	09	12	07	11	13	17	12	07	13	08	05
TERMO DE ADVERTÊNCIA	02	-	01	-	03	05	08	09	12	09	07	07
TERMO DE RESPONSABILIDADE	06	10	16	15	12	11	18	09	07	08	09	05
TOTAL REGISTRADO	64	45	98	89	125	133	110	120	97	124	106	61

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2009: 1.172

OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos ao Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia da Mulher ou Civ acompanhamento mensal de alguns casos deferidos da Promotoria de Justiça e Delegacia, encaminhamento ao CREAS.

Figura 14, quadro demonstrativo de casos de violência do ano de 2009 no município de Laranjal do Jari – Ap
Fonte: Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari – Ap

A estatística revela que houve um aumento de casos de violência sexual, entre outros casos diversificados em Laranjal do Jari no ano de 2009, aproximadamente o dobro de casos, isto é, 496 casos a mais que no ano anterior.

Tabela 3 – Relatório dos casos registrados no Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari referente ao ano de 2010



Estado do Amapá
Município de Laranjal do Jari

CONSELHO TUTELAR

Atendimento a Criança e ao Adolescente
Avenida Tancredo Neves nº. 2412 Bairro-Agreste.



RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2010.

CASOS ATENDIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABANDONO	04	02	03	05	02	03						
ABUSO SEXUAL	01	-	-	02	01	01						
ALICIAMENTO	01	01	-	03	03	02						
AGRESSAO FISICA	01	02	01	08	06	03						
CONSTRANGIMENTO	06	08	09	05	03	05						
DESOBEDIENCIA	09	14	12	12	12	11						
ESCLARECIMENTO	13	21	26	17	12	12						
FUGA	05	08	06	04	03	06						
GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	-	-	-	02	04	-						
MAUS TRATOS	07	12	15	09	06	07						
NEGLIGENCIA	09	16	07	08	10	12						
TRABALHO INFANTIL	-	-	-	01	02	-						
TERMO DE ADVERTENCIA	07	05	03	06	11	14						
TERMO DE RESPONSABILIDADE	16	24	17	14	19	17						
ENCAMINHAMENTO DE GUARDA (Defensoria Publica)	16	28	23	19	29	16						
ENCAMINHAMENTO DE PENSÃO ALIMENTICIA (defensoria)	08	12	09	12	15	11						
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA	06	12	19	11	07	12						
ENCAMINHAMENTO AO CREAS	-	-	-	03	03	-						
PROTEÇÃO ESPECIFICA (abrigo e desabrigo, requisição de serviço público na área da saúde como consulta medica, educação como requisitar matricula, dentre outros serviços)	38	44	117	58	32	33						
TOTAL REGISTRADO	147	209	267	199	180	165						

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2010:
OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos oriundos da Delegacia da Mulher, Delegacia Civil, acompanhamento mensal de casos deferidos da Promotoria de Justiça.

Figura 15, quadro demonstrativo de casos de violência do ano de 2010 no município de Laranjal do Jari – Ap
Fonte: Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari – Ap

Comparando os 1º semestres de cada ano, observa-se que no 1º semestre de registros de casos do ano de 2008, tem-se um aumento com relação aos dados do 1º semestre de 2010, assim como também o 1º semestre de 2009, os seus dados registrados foram em dobro comparados também a 2010.

Os resultados dos quadros demonstrativos revelam um índice significativo de ocorrências. Apesar de não haver dados de registros dos anos anteriores, os órgãos institucionais do município já detectavam incidentes específicos de violência sexual, o montante dos referidos anos é de 3.015 casos. Mas existem fatos que não são denunciados aos órgãos específicos, e assim não são registrados para a estatística anual.

Um detalhe relevante são os índices da tabela 03, observa-se que, apenas os registros deste 1º semestre indicam que a perspectiva para o 2º semestre de 2010 será o dobro do ano de 2009, pois os dados já situam a mesma contagem de em comparação ao ano anterior.

Uma referência significativa no quadro demonstrativo no período de 2008 (Tabela 01) sobre o abuso sexual é de apenas 05 casos denunciados, enquanto que somente no 1º semestre de 2010 já haviam ocorrido a mesma quantidade de casos registrados, o que sustenta a possibilidade de ocorrer o dobro para o 2º semestre de 2010. Algo também relevante é que em 2009 o total de registro chegou a apresentar 1.172 durante todo o ano, já em 2010 apenas no 1º semestre revela uma quantia aproximada do ano anterior que é de 1.167. Através da estatística de 2010 (Tabela 03) os resultados podem descrever o 1º e o 2º semestre de 2010 como sendo o dobro de 2009, dito anteriormente, caracterizando um aumento relevante no registro de casos de violência na sociedade de Laranjal do Jari.

Observou-se que nos quadros demonstrativos, ou seja, nas tabelas 01, 02 e 03 o menor registro foi de 17 casos atendidos de abuso sexual, registro este considerado baixo durante a pesquisa dos anos estudados a respeito de violência no município. A denúncia não ocorre com maior incidência talvez por constrangimento. Mas ocorre o contrário nos registros de maus tratos, a maior incidência já registrada durante o resumo de dois anos e meio de casos atendidos na instituição foi de 156 casos atendidos, isto é, 2008, 2009 e o 1º semestre de 2010, esta incidência revelou que no município a violência se intensificou neste período. A expectativa para 2010 será de que estes números de casos dobrem em relação a 2008 e 2009.

Ao realizar uma análise das denúncias registradas na instituição do Conselho Tutelar, constatou-se que a sociedade de Laranjal do Jari no uso dos serviços de tal instituição ainda é irregular, ou seja, são poucas as denúncias registradas.

A conselheira Sr^a. Wilma Tavares de Araújo relata que ao receber a denúncia, a equipe debate sobre quais medidas podem ser tomadas. Assim o primeiro momento providencia-se a ida dos conselheiros ao local onde ocorreu o fato. Em seguida, analisam-se as intervenções e avaliações diante do fato averiguado e pede-se apoio para a avaliação médica à Delegacia da Infância e Juventude, para que, em conjunto possam direcionar o caso a Vara Cível e Criminal

da Infância e Juventude, com o Centro Especializado e a ajuda social e psicológica é dada à pequena vítima.

Um dos órgãos que faz valer o que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina, são os centros especializados, já mencionados, onde famílias que necessitam de apoio especial são direcionadas para terem um acompanhamento apropriado. Em Laranjal do Jarí, o Conselho Tutelar trabalha em conjunto com outros órgãos como a Delegacia Civil, Promotoria de Justiça, Quartel da Polícia Militar, Corpo de Bombeiro, Delegacia da Mulher, Casa de Apoio da Criança e do Adolescente, Hospital de Laranjal do Jarí e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Observado anteriormente no artigo 227 da CF/88 onde as crianças e adolescentes terão tratamento especial, abrangendo assim, todos os direitos fundamentais como: à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à recreação, às convivências familiares e comunitárias.

O contexto da violência sexual contra a criança e o adolescente mereceram destaque político nos anos 90, pois foi adicionada à agenda da sociedade civil como fator relacionado à luta nacional e internacional pelos direitos humanos. Assim, como Souza (2003) relata em seus estudos:

Até o final da década de 1980, a lei que definia diretrizes de cuidado e atenção à criança e ao adolescente no Brasil denominava-se Código de Menores. Este código legitimava a doutrina da situação irregular, pois se aplicava somente às crianças e aos adolescentes que se encontrassem em situação inadequada, seja por violarem regras sociais, seja por não terem suas necessidades básicas atendidas. Essa doutrina concebia crianças e adolescentes, os “menores”, como seres incapazes, não sujeitos de direitos e de deveres, não autônomos (SÊDA, 1998 citado por SOUZA, et. al. 2003, p. 03).

Com o Movimento Constituinte de 1988 e a luta dos movimentos sociais, juntos formaram a base para uma nova reflexão sobre o direito dos menores no Brasil.

Um destes dispositivos legais é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em um período, no qual a violência e a exploração sexual assumiam um destaque político. Até então, a criança e o adolescente era tratado pela mesma legislação dos adultos e recebiam tratamento que não os identificava como pessoas em processos de desenvolvimento. Então, criou-se um Estatuto, precisamente no dia 13 de julho de 1990, através da Lei nº. 8.069 publicado no Diário Oficial da União em 16/07/1990. “[...] foi o primeiro estatuto do mundo a aplicar as normas da Convenção” (SOUZA, et. al , 2003, p. 03).

A partir desta legislação obteve-se uma nova visão em relação ao contingente infanto-juvenil, onde passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito. Desde o século XIX, em diversos países já vinham sendo organizados movimentos para a defesa e cumprimento dos

direitos da infância e adolescência, mas, somente no final da década de 1980, com a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança pela Assembléia Geral da ONU, é que a situação dos menores de idade no Brasil e no restante do mundo mudou radicalmente.

Assim, para que se cumpram todas as exigências da Convenção dos Direito das Crianças, o Brasil necessitou adequar sua legislação e, no ano seguinte surgiu o ECA com os seus 267 artigos que garantiam os direitos de suas crianças e adolescentes à liberdade, à vida, à dignidade, à saúde e à educação. Essas condições contidas no estatuto foi o ápice, pois deu ao processo judicial dos crimes de violência sexual um novo enfoque para o trato da questão a violência contra menores.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, o abuso sexual contra criança/adolescente deixa de ser apenas um crime contra a liberdade sexual e passa a ser uma violação, principalmente dos direitos ao respeito, à dignidade, à convivência familiar saudável, à liberdade, e conseqüentemente a oportunidades e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, social e sexual da criança e do adolescente. O abuso sexual diante de outras formas delituosas é uma violação tanto ao direito à sexualidade quanto a liberdade sexual.

O “CRAMI” demonstra outro conceito de abuso sexual, enfatizando toda e qualquer violação ao direito à sexualidade e principalmente à liberdade sexual:

[...] O abuso sexual seria toda e qualquer forma de ‘invasão perniciososa’ do campo da afetividade e da sexualidade da criança e do adolescente: ultrapassagem de limites de poder e de direito de desenvolvimento da vítima (CRAMI, 2005, pp. 54 -55).

No ECA, para seus efeitos, considera-se criança “a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela que tem entre doze e dezoito anos de idade¹¹”. E, assim por diante, pode-se citar o artigo 3º das Disposições Preliminares, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, tendo assegurados por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para que lhes sejam facultados o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Aqui se percebe que a lei está em sua magnitude, protegendo a criança em todos os sentidos.

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA. 2005, p. 13).

¹¹ Estatuto da Criança e do adolescente: Hora de Fazer valer. Art. 2º das disposições Preliminares, p. 13;

Como visto, no artigo 5º em suas Disposições Preliminares percebe-se a intolerância com que a Lei refere-se ao crime contra a criança. Este artigo garante que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e qualquer ação ou omissão de seus direitos fundamentais, pelo negligenciador, este será punido na forma da lei.

O Conselho Tutelar importa-se diretamente com a questão social, sobre os efeitos que a violência sexual poderá incidir no grupo infanto-juvenil e na comunidade. O que se pode dizer também é que está relacionado ao contexto cultural de uma criança como sendo também produto e ator dos processos sociais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 25, define como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Entretanto, a definição legal não supre a necessidade de se compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade, citado anteriormente. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o *status* da pessoa dentro do sistema de relações familiares.

Como gestores e orientadores das crianças e adolescentes, o grupo familiar não figura apenas como atores de obrigações, mas também como agentes de proteção e defesa dos direitos emanados na Carta Constitucional e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, estabelecendo-se uma interpretação sistêmica dos dispositivos protetivos¹², constata-se que são responsáveis também quando omissos do dever de denunciar possíveis ou reconhecidas violações à direitos da criança ou adolescente.

De acordo com o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente toda a criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, sendo dever do poder público, da sociedade e da família assegurar com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente.

Diante da necessidade de cada Estado, assim como também em seu interior, devem-se observar as aspirações singulares, ou seja as suas necessidades locais, para que se possam planejar as referidas projeções que as políticas públicas realizam através do Estado, isto é, dos

¹² Arts. 227/ 229 da Constituição Federal c/c arts 5º, 29, 98 e 225 do Estatuto da Criança e do adolescente.

conjuntos de instituições. O CREAS também é uma instituição que realiza políticas públicas através do Estado, encontra-se situada no bairro do Agreste em Laranjal do Jari.



Figura 13 , Centro de referência especializado de assistência social do município de Laranjal do Jari – Ap
Fonte: foto 13 , trabalho de campo

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um dos órgãos especiais que ofertam atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e suas famílias, atendendo membros em situação de ameaça ou violação de seus direitos, violações de direitos estes que ocorrem através do abandono, da violência física, psicológica ou sexual, da exploração sexual comercial, da situação de rua, da vivência de trabalho infantil, entre outros agravos que afetam a condição de vida e o bem-estar de crianças e adolescentes.

O objetivo do CREAS é assegurar uma proteção imediata e um atendimento psicossocial as vítimas de violência (física, psicológica e sexual), como também desenvolver um atendimento especial às famílias de tais crianças, com o apoio direto do Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Defensoria Pública entre outros) que em conjunto garantem o acompanhamento psicossocial e jurídico.

Em entrevista com a secretária e psicóloga responsável pelo CREAS do município de Laranjal do Jari, a Sr^a. Sueli Ishida Castrezano de Siqueira, o Centro teve início no ano de 2008, possui uma equipe técnica formada por uma psicóloga, uma assistente social e uma pedagoga, além de educadores sociais voltados ao atendimento da família. Os procedimentos são articulados através de visitas domiciliares à família da criança ou do adolescente, onde há o acompanhamento de um psicólogo e de um pedagogo.

Aqui, os detalhes propriamente realizados pelos programas que o CREAS doa ao município. “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987, citado por HÖFLING, 2001, p.

31). O CREAS aderiu ao Programa Sentinela que é anterior ao surgimento do centro, o programa é voltado para o combate do abuso sexual e a exploração de crianças e adolescentes, ‘através de campanhas, palestras, em parceria com a REAJA (Rede de enfrentamento à exploração e abuso sexual contra a criança e o adolescente de Laranjal do Jari). A REAJA atua diretamente com a sociedade de Laranjal mobilizando-a acerca da problematização da violência sexual, isto inclui as instituições de ensino, de saúde, turismo e a mídia local, com a finalidade de prever e combater a violência sexual infanto-juvenil. Suas parceiras são fundamentais no combate ao crime como a Promotoria da Infância e Juventude, a Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, entre outros. Portanto, o desenvolvimento de tais programas multidisciplinares deve abranger também a área jurídica e técnica relacionada ao abuso sexual, isto é, os programas devem também estar instruídos juridicamente no que se refere aos crimes sexuais a fim de tomarem as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas que serão adequadas à proteção da criança e do adolescente.

Todos os dias surgem casos novos que são encaminhados pelo Conselho Tutelar ao CREAS, pois o órgão está ligado a outras instituições. Em outros casos, a própria vítima procura ajuda. O CREAS atende os suspeitos de violência sexual, de depressão de modo geral, crianças com dificuldade de comportamento ou dificuldades na escola, ou em relacionamentos, em situação de rua entre outros. Assim, o órgão torna possível a reintegração desse adolescente à família, dando apoio psicológico, abrigando-os na Casa de Apoio por um período que ele possa se reestruturar e se integrar à sociedade.

São poucas as políticas públicas apresentadas para a sociedade de Laranjal do Jari. O Estado apresenta uma aparente inércia com relação ao município, são poucos os compromissos assumidos para estimular e fortalecer o poder local. O governo local deve garantir a sociedade a participação ativa dos assuntos referentes a mesma, pois somente a comunidade local conhece suas necessidades, assim acontece a garantia e a participação nas políticas públicas em todos os níveis. As políticas públicas existentes no município são de ordenamento federal, isto revela que os representantes locais são poucos capacitados e habilitados para a realização e produção de programas e projetos governamentais e municipais e a população local ainda se encontra em um patamar de baixo conhecimento de seus direitos.

Quando se fala de baixo conhecimento de seus direitos, isto está relacionado à educação, à saúde, ao saneamento básico e a infraestrutura local que a sociedade de Laranjal do Jari não goza. Para facilitar e estimular este conhecimento a comunidade precisa exercer seu papel de cidadania, onde será desenvolvida através da educação. Este instrumento educacional poderá mostrar a comunidade de Laranjal do Jari o papel que precisará

desenvolver para que obtenham uma participação ativa nas tomadas de decisões no que diz respeito à gestão de sua própria comunidade. Assim, com o conhecimento de suas necessidades locais aliados aos conhecimentos de seus direitos, o desenvolvimento para uma boa educação, saúde e saneamento básico ao alcance de todos e um ordenamento na infraestrutura local, o município evoluirá principalmente no seu setor socioeconômico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se reflete sobre vários desafios, parte-se dos apontamentos revelados nas experiências do trabalho realizado em campo, as reflexões aqui apresentadas no trabalho demonstram os aspectos sobre a veracidade da vida sobre palafitas. Uma sociedade que se originou da implantação de um projeto industrial, tal projeto que formou a trajetória de um povo que trouxe consigo suas diversidades culturais, suas tradições regionais e fincou raízes nas margens do rio Jari, dito por pesquisadores e historiadores de rio de Castanha, onde os rios eram seus caminhos, suas estradas nas quais transportavam toda sua extração de castanhas.

Uma sociedade visada pela sua formação cultural com a qual perpetuou a comunidade de laranjal do Jari, sociedade essa que se apresenta exposta e em abundância de pobreza, má infraestrutura e violência. Seu aspecto histórico – cultural revela uma sociedade prostituída de mãe e filha, um fenômeno onde acarreta prejuízos à sociedade de Laranjal do Jari, um elo que permite continuar sem que algo embargue esta cultural da prostituição, isto configura o estigma da própria comunidade.

Famílias empobrecidas e exploradas sobrevivem na tentativa de um trabalho que as possibilitem suprir suas necessidades. Crianças e adolescentes da comunidade, logo descendentes diretos da prostituição constituem, e até mesmo adotam os recursos da prostituição, da exploração sexual comercial e suas diversas variações para aumentar a renda familiar.

Quando se remete a situação econômica das famílias da comunidade de Laranjal do Jari, precisa-se conhecer que a pobreza existe no local, na qual é uma grande realidade. Este problema social estabelece as contribuições e condições de desvios existentes na sociedade como indicadores, que são grupos de pobres que são levados a prostituir-se, pois o ambiente é favorável para esta situação.

Nesta perspectiva, o fator histórico-cultural, mais precisamente a sua própria formação histórica caminhou para uma sociedade de estrutura socialmente pobre. Suas estruturas iniciais de moradia em palafitas, sem água encanada, sem estrutura elétrica eficiente, sem postos de saúde e saneamento básico foram fundamentais na contribuição da origem de uma sociedade empobrecida pela ausência de suas necessidades básicas. Com isto, foi apenas um passo que destinou a população mais carente a procurar o meio mais fácil de adquirir renda

para suas famílias, pois o município não possui atividades, empregos que possibilitem os grupos pobres a optar para uma diferente forma de renda familiar. Percebeu-se que a prostituição infantil é um fator que, conforme a evolução histórica da comunidade do Jari, sobretudo transformou-se em um processo cultural, a partir de sua origem, essas necessidades ditas anteriormente, na qual o meio exerceu uma prática coercitiva e levaram tais grupos a prostituir-se, daí a evolução para a violência sexual, a prostituição infantil, a exploração sexual comercial, entre outras influenciou diretamente no desenvolvimento à exclusão socioeconômica da comunidade.

A partir do mapeamento dos bairros do município de Laranjal do Jari, será possível para que os gestores do município consigam fazer manejos de estratégias de políticas públicas pelas quais indivíduos, famílias e todos os grupos sociais do município começam a se manifestar através de suas tentativas de mudanças, especialmente grupos em vulnerabilidade, contraindo perspectivas de resgate de seus futuros cidadãos. Uma problemática significativa está na ausência de dados estatísticos nas instituições públicas do município, isto representa uma precariedade que influencia na elaboração de políticas públicas sócias, sem tais dados o município não recebe benefícios e recursos federais, estaduais e municipais para executar programas e projetos direcionados à própria sociedade.

A prostituição e suas variações têm inclusas crianças e adolescentes para as suas práticas, isto é, para as suas execuções. Com a abordagem do objeto, acredita-se que para superar suas conseqüências e danos a sociedade será necessário que se busque uma solução para a pobreza da comunidade de Laranjal do Jari, e que perpasse pelas pessoas. O desenvolvimento de estratégias sustentáveis e que sejam principalmente efetivas, será imprescindível alterar as condições que limitam os grupos sociais excluídos e estigmatizados, investindo no empoderamento das pessoas pertencentes a esta localidade. Tal desenvolvimento poderá resultar na própria autonomia, competências e capacidade de se autodesenvolver, visando à ampliação da capacidade de ação da própria comunidade de Laranjal do Jari.

REFERÊNCIAS

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na infância. **Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor / organização.** **CRAMI** – Centro Regional aos Maus-tratos na infância. -2. ed. – São Paulo : Cortez : Brasília, DF : UNICEF, 2005. – (Série fazer valer os direitos ; v. 1).

ALBERTO, Maria de Fátima P. et. al. **A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população.** Doutora em Sociologia pela Universidade de Pernambuco, professora do Departamento...resida em lãs políticas públicas y perciban que, em la ciudad objeto de ...Apesar de a exploração sexual de crianças e adolescentes existir desde a.....171 – 179, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-...periódicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevistas/article/.../955>>. Acesso em: 23/03/2011.

ARAÚJO, Daniel Ferreira de. **A Geografia do Beiradão em Laranjal do Jari.** Macapá – Ap: Unifap, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 5ª ed.rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Maria Amélia. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Orgs.) In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 5ª ed.rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2009. Parte I, b, p. 29 – 54.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dicionário Didático de Português.** 2ª ed. – São Paulo: Ática, 1998.

BRANCO, Mariana. **Turismo Sexual.** [2009?]. Disponível em <<http://www.correiobraziliense.com.br/.../turismosexual/>>. Acesso em: 12/03/2011.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Orgs.) In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 5ª ed.rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2009. Parte I, c, p. 55 – 86.

CABRAL, Gabriela. **Exploração sexual – Brasil Escola.** Exploração sexual, o que é exploração sexual, qual a exploração sexual mais desleal, a solução para a exploração sexual, como a prostituição era vista...[2008?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 12/03/2011.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepção sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. **Reconceituação do serviço social: 40 anos.** São Paulo: Cortez, nº. 84, 2005. Artigo 5º, p. 66 – 90. Professora Carla Bronzo Ladeira Carneiro: Mestre em Sociologia e doutoranda em Sociologia e Ciência

Política pela UFMG; professora e pesquisadora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/MG.

CHAUÍ, Marilena. Ética, violência e política. In: Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 11. ed. ver. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2006. p. 340 – 349.

COSTA, Maria Conceição Oliveira. et. al. **O perfil da violência contra crianças e adolescentes – Scielo – Artigos relacionados**. O Conselho Tutelar (CT) é um órgão público, ... de denúncias de violência do tipo abuso ou exploração sexual observado em Feira de Santana, ...[2008?]. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=1413...script=sci...>>. Acesso em 23/03/2011.

FEDIUK, Marínea Maria. **Abuso Sexual Infantil, causas ou consequências, qual é o foco?** No site da *Scielo*, foi utilizado o descritor abuso sexual na infância foi é possível afirmar que vivência de abuso sexual e de *exploração sexual* é muito mais do que O *Conselho Tutelar*[10] é vinculado administrativamente. [2008?] (sem ... Disponível em <<http://www.psicoespacovida.com.br/index.php?...sexual...>>. Acesso em 23/03/2011

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2005.

GIRARD, Maria Catarina Pinto. **A moradia e o lixo domiciliar na várzea urbanizada: políticas públicas integradas na gestão urbana ambiental de Laranjal do Jari – Ap**. 2003. 148 f., 297 mm, (Unb – CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental). Universidade de Brasília/DF.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro – RJ. LTC, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Matos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001 – Scielo Brasil. Para além da crescente sofisticação na produção de instrumentos de avaliação de programas, projetos e mesmo de políticas públicas é fundamental se referir às chamadas “questões de fundo”, as quais informam basicamente, as decisões tomadas, as escolhas feitas, os...Citado por 143 – artigos relacionados. Site Scielo. Acesso em: 23/03/2011.

Jari Celulose S.A. – Perfil / Localização. Na região do Jari vivem hoje cerca de 100.000 habitantes, distribuídos pelas cidades de *Monte Dourado (Pará)*, Laranjal do Jari (Amapá), Vitória do Jari...[2007?]. Disponível em <<http://www.jari.com.br/web/pt/perfil/localizacao.htm>>. Acesso em: 28/12/2010.

_____. Disponível em: <<http://www.jari.com.br/web/pt/perfil/historia.htm>>. Acesso em: 23/11/10.

JÚNIOR, Alípio. Disponível em: <<http://www.amapa.net/index.php?...projeto-jari>> . escrito por Alípio Júnior, 2008.. Acesso em: 23/11/10.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. – 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. – 18. ed. – Rio de Janeiro: RJ. Jorge Zahar Ed. 2005.

LINS, Cristóvão. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro-RJ: DATAFORMA em convênio com a Prefeitura Municipal de Almeirim (PA), 1997.

PEREIRA, Elissandra de Araújo, et al. **O desenvolvimento agrícola da produção camponesa em Laranjal do Jari: um estudo de caso do ramal do Jauari**. Laranjal do Jari – Ap. Unifap, 2009.

PORTO, Jadson Luís Rabelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943 – 2000)** – 205 f., Campinas: SP. [s. n.], 2002. Tese de Doutorado,

PRADO, Danda. **O que é família?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, nº. 50, 1981.

Revista: Sinais dos Tempos. **Quebrando o Silêncio**. Edição Especial, editor Rubens Lessa. São Paulo, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa** – São Paulo: DCL, 2005.

SANTOS, Ana Catarina Marinho dos, et al. **A evolução socioeconômica de Laranjal do Jari** – Unifap. Macapá – Ap. 1999.

SANTOS, Antônio Carlos Rodrigues dos. O Projeto Jari: uma nova dinâmica na ocupação do Sul do Amapá. In: **Geografia do Amapá: a (re)produção do espaço amapaense e seus contrastes**. Produção Independente, Macapá – Ap. 2008. Cap. 2, p. 35 – 41.

SOUZA, Marilene P. R. de. et. al. **Psicologia em Estudo – “Conselho Tutelar”: um novo instrumento social contra a fracasso escolar?**1. “Conselho Tutelar: a new social alternative for the school failure?...2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413...script...>>. Acesso em: 23/03/2011.

VERAS, Thaísa. Artigo 2. Scielo. **Artigos relacionados**. Palavras-chave: Sistema Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual...Artigo submetido em agosto de 2008 e aceito para publicação em outubro de 2009. In: CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 3, artigo 2, Rio de Janeiro, Set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n3/a03v8n3.pdf>. Acesso em: 23/03/2011.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranjal_do_Jari23/11/2010>, 1: wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso em: 28/12/10.

APÊNDICES

Entrevista

Nome:

Apelido:

Idade:

Escolaridade:

Naturalidade:

Pais:

Escolaridade dos pais:

Renda familiar:

Você mora com sua família? Sim ou Não?

Como é sua vida dentro de casa? Você tem algum relacionamento com sua família?

Como é a sua rotina durante o dia? E durante a noite?

Ocorreu alguma mudança no seu ambiente familiar? Como seus pais receberam a informação de que você trabalhava na sua profissão atual?

Como seus pais e irmãos lhe tratam? Como é o seu relacionamento com eles?

A quanto tempo você está envolvida nesta situação?

Existem muitos clientes?

Você tem muitas amigas?

Com que idade começou a trabalhar nesta profissão?

Como se sente quando está envolvida no ato?

Já ocorreu algum tipo de violência moral ou física com você?

Existe algum sonho? Alguma perspectiva para o seu futuro?

Delegacia de Polícia

- 1 – Como chegam às denúncias de violência e exploração sexual contra a criança e o adolescente à delegacia?
- 2 – A delegacia tem profissionais interdisciplinares para atendimento especializado. Quais os procedimentos desses profissionais no atendimento?
- 3 – O depoimento da criança/adolescente vítima é acolhido em local reservado somente com a presença do escrivão e de uma psicóloga ou a pessoa de confiança?
- 4 – Quais os procedimentos adotados na construção do inquérito policial?

Juiz, Promotor

- 1 – Qual a incidência de violência sexual, no caso a exploração sexual comercial contra criança e o adolescente no Município de Laranjal do Jari?
- 2 – O que deveria ser feito para diminuir ou acabar com este tipo de crime? E a comunidade, qual a atitude, ou seja, a sua posição a este assunto?

Conselho Tutelar

- 1 – Quais as intervenções e avaliações realizadas pelo órgão diante de uma violência sexual, ou seja, mais precisamente a exploração sexual comercial?
- 2 – Que sinais que uma vítima consegue emitir?
- 3 – Em relação ao agressor, são tomados procedimentos e intervenções? Quais são essas parcerias?
- 5 – O Conselho Tutelar trabalha em conjunto a outras instituições? Quais são essas parcerias?

CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

- 1 – Quando surgiu o CREAS no município de Laranjal do Jari?
- 2 – Qual o principal objetivo do CREAS?
- 3 – Qual o público alvo e como funciona o atendimento realizado pelo Centro?

ANEXOS



Estado do Amapá
Município de Laranjal do Jará

CONSELHO TUTELAR

Atendimento a Criança e ao Adolescente

Avenida Tancredo Neves nº. 2412 bairro-agreste – Fone: 3621-1380



RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2008.

CASOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABANDONO	03	01	03	03	02	02	03	02	02	-	02	03
ABUSO SEXUAL	-	01	01	-	01	01	-	-	-	01	-	-
ALICIAMENTO	01	02	01	02	01	02	02	-	02	03	03	01
AGRESSAO FISICA	-	-	02	01	-	01	-	03	02	-	03	03
CONSTRANGIMENTO	01	-	02	02	01	02	-	02	02	02	-	-
DESOBEDIENCIA	-	02	04	04	03	04	05	05	08	06	10	01
ESCLARECIMENTO	05	06	06	07	08	06	04	06	04	04	10	06
FUGA	01	-	02	02	01	-	03	03	03	04	03	01
GRAVIEZ NA ADOLESCENCIA	-	-	02	01	-	-	-	-	01	01	01	-
ENCAMINHAMENTO DE GUARDAR (defensoria pública)	04	04	04	05	03	04	06	04	06	04	03	02
ENCAMINHAMENTO DE PENSÃO ALIMENTICIA (defensoria)	10	06	09	09	05	06	05	06	04	04	05	03
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA	02	04	03	02	02	03	02	04	03	04	03	02
MAUS TRATOS	06	02	04	04	05	04	07	03	05	03	01	02
PROTEÇÃO ESPECIFICA (abrigo e requisição de serviço público saúde, ed.)	06	08	10	06	04	05	04	05	04	06	03	02
NEGLIGENCIA	06	05	07	07	06	08	07	05	04	08	09	03
TERMO DE ADVERTENCIA	06	03	02	04	-	02	-	01	-	01	01	-
TERMO DE RESPONSABILIDADE	12	09	04	07	02	04	12	07	08	10	03	06
TOTAL REGISTRADO	63	53	66	66	44	54	60	56	58	61	60	35

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2008: 676

OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos ao Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia da Infância Juvenil, acompanhamento mensal de alguns casos deferidos da Promotoria de Justiça e Delegacia.



Estado do Amapá
Município de Laranjal do Jari

CONSELHO TUTELAR

Atendimento a Criança e ao Adolescente
Avenida Tancredo Neves nº. 2412 bairro-agreste



RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2009.

CASOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ABANDONO	-	-	01	-	03	04	02	03	-	03	03	01
ABUSO SEXUAL	-	-	01	02	03	01	-	-	-	-	-	-
ALICIAMENTO	-	02	01	-	-	01	02	-	-	01	-	-
AGRESSAO FISICA	01	01	-	02	03	04	02	04	02	02	01	-
CONSTRANGIMENTO	02	-	06	04	07	09	04	06	03	05	07	02
DESOBEDIENCIA	04	02	04	06	11	14	08	11	09	15	12	08
ESCLARECIMENTO	10	07	09	08	13	11	09	13	07	12	08	04
FUGA	05	01	05	04	06	05	02	04	04	03	03	03
GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	01	-	-	01	02	01	02	03	-	03	02	-
ENCAMINHAMENTO DE GUARDAR (defensoria pública)	04	02	06	09	08	07	06	07	08	08	06	05
ENCAMINHAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA (defensoria)	04	02	04	06	09	13	07	12	09	12	10	05
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA	04	02	05	04	07	11	07	09	07	09	08	03
MAUS TRATOS	01	02	-	01	03	06	04	07	05	07	06	02
PROTEÇÃO ESPECÍFICA (abrigo e requisição de serviço público saúde, ed.)	11	05	27	20	24	17	12	11	17	14	16	11
NEGLIGENCIA	09	09	12	07	11	13	17	12	07	13	08	05
TERMO DE ADVERTENCIA	02	-	01	-	03	05	08	09	12	09	07	07
TERMO DE RESPONSABILIDADE	06	10	16	15	12	11	18	09	07	08	09	05
TOTAL REGISTRADO	64	45	98	89	125	133	110	120	97	124	106	61

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2009: 1.172

OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos ao Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia da Mulher ou Civ acompanhamento mensal de alguns casos deferidos da Promotoria de Justiça e Delegacia, encaminhamento ao CREAS.



Estado do Amapá
Município de Laranjal do Jari
CONSELHO TUTELAR
Atendimento a Criança e ao Adolescente
Avenida Tancredo Neves nº. 2412 Bairro-Agreste.



RELATORIO DOS CASOS REGISTRADOS NESTE CONSELHO TUTELAR ANO DE 2010.

CASOS ATENDIDOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ.
ABANDONO	04	02	03	05	02	03						
ABUSO SEXUAL	01	-	-	02	01	01						
ALICIAMENTO	01	01	-	03	03	02						
AGRESSAO FISICA	01	02	01	08	06	03						
CONSTRAINGIMENTO	06	08	09	05	03	05						
DESOBEDIENCIA	09	14	12	12	12	11						
ESCLARECIMENTO	13	21	26	17	12	12						
FUGA	05	08	06	04	03	06						
GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	-	-	-	02	04	-						
MAUS TRATOS	07	12	15	09	06	07						
NEGLIGENCIA	09	16	07	08	10	12						
TRABALHO INFANTIL	-	-	-	01	02	-						
TERMO DE ADVERTENCIA	07	05	03	06	11	14						
TERMO DE RESPONSABILIDADE	16	24	17	14	19	17						
ENCAMINHAMENTO DE GUARDA (Defensoria Publica)	16	28	23	19	29	16						
ENCAMINHAMENTO DE PENSAO ALIMENTICIA (defensoria)	08	12	09	12	15	11						
ENCAMINHAMENTO PARA PROMOTORIA DE JUSTICA	06	12	19	11	07	12						
ENCAMINHAMENTO AO CREAS	-	-	-	03	03	-						
PROTEÇÃO ESPECIFICA (abrigo e desabrigo, requisição de serviço público na área da saúde como consulta medica, educação como requisitar matricula, dentre outros serviços)	38	44	117	58	32	33						
TOTAL REGISTRADO	147	209	267	199	180	165						

TOTAL DE CASOS REGISTRADOS NO ANO DE 2010:

OBS: trabalhamos também com encaminhamentos de casos oriundos da Delegacia da Mulher, Delegacia Civil, acompanhamento mensal de casos deferidos da Promotoria de Justiça.